

Acção Socialista



N.º 1299 19 Fevereiro 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

MARCA PS

100 milhões de euros na construção de novas 75 creches
760 salas para o sistema pré-escolar nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto



PÁGINA 20

Federação de Aveiro

18



Afonso Candal:
“A coesão social é um dos eixos do projecto autárquico do PS para o distrito”

Presidente da Câmara de Odemira

12



António Camilo:
“A nossa aposta nas infra-estruturas é essencial para travar desertificação”

Secretário de Estado do Turismo

2



Bernardo Trindade:
“Portugal no caminho certo para se afirmar como destino turístico de referência”

Presidente da Câmara de Guimarães

8



Magalhães da Silva:
“Guimarães – Capital Europeia da Cultura’ vai potenciar desenvolvimento”

I CIMEIRA
DAS MULHERES
DA LUSOFONIA

“O Empreendedorismo no Feminino:
Que políticas para um desenvolvimento
justo e sustentável?”

I CIMEIRA DAS MULHERES DA LUSOFONIA

Este encontro, contará com a participação de mulheres de todos os Países de Língua Oficial Portuguesa. Terá lugar dia **1 de Março**, às 9.30h, no **Auditório 1 da FIL, Parque das Nações - EXPO**, em Lisboa.

A sessão de encerramento está prevista para as 18.30h, seguindo-se um jantar de convívio entre as participantes e um momento cultural.

Contamos com a sua presença.

Mulheres
SOCIALISTAS



“Portugal no caminho certo para se afirmar como destino turístico de referência”

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO AO “ACÇÃO SOCIALISTA”

Até 2015 o turismo português deverá representar 15 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e igual percentagem do emprego no país. Esta meta, traçada no Plano Estratégico Nacional do sector, é reafirmada por Bernardo Trindade, secretário de Estado do Turismo, numa entrevista ao “Acção Socialista” em que se afirma satisfeito pelo clima de confiança existente na indústria turística, apontando 2008 como o ano das reformas legislativas no sector. Ao fazer um balanço “extremamente positivo” da evolução e da dinâmica que o turismo tem registado nos últimos anos, Bernardo Trindade garante que o Governo está empenhado em promover um turismo de excelência e sustentável, baseado numa oferta qualificada e numa nova imagem turística do país, visando fazer de Portugal um dos principais destinos de referência da Europa.

MARY RODRIGUES

Que balanço faz da evolução do turismo em Portugal, nomeadamente desde que assumiu a tutela da Secretaria de Estado Turismo?

O balanço é extremamente positivo. O turismo em Portugal tem assumido inquestionavelmente um papel preponderante no desenvolvimento da economia portuguesa. É, hoje, um sector com um elevado grau de maturidade, quer pela sua capacidade em captar investimento e consequente contributo para o crescimento da nossa economia, quer pela criação de emprego, na sua maioria qualificado. Os resultados conseguidos no sector do turismo estão à vista de todos: no último par de anos inverteu-se a tendência de estagnação e quebra verificada nos anos anteriores, tendo os

resultados alcançados superado todas as expectativas, pois ultrapassámos os 7 mil milhões de receitas, recebemos 12 milhões de turistas e tivemos 39 milhões de dormidas. Aliás, todos os principais indicadores cresceram substancialmente. As estimativas apontam para que o PIB turístico, em 2007, tenha representado mais de 10 por cento do PIB nacional.

Quais são as principais linhas mestras da estratégia do Governo para ajudar a tornar ainda mais dinâmico este sector de actividade económica?

O Governo aprovou o Plano Estratégico Nacional do Turismo, que constitui um guia concertado de acções que visa mobilizar os esforços e energias de todos os intervenientes do turismo num sentido comum.



Esta estratégia tem como pano de fundo a promoção de um turismo sustentável, redutor das assimetrias regionais, motor de desenvolvimento e utilizador responsável dos recursos naturais e do património nacional. Estabelecemos como objectivos aumentar o contributo do turismo no PIB através do incremento de turistas e receitas “per capita” (queremos crescer a uma média anual de 5 por cento em número de turistas e de 9 por cento em volume de receitas de forma a que em 2015 o turismo represente 15 por cento do PIB e 15 por cento do emprego), desenvolver e implementar novos produtos turísticos, tecnologias e processos que aumentem a competitividade da oferta turística nacional e, não menos importante, promover a excelência do capital humano através

da requalificação dos nossos recursos humanos.

Quais as metas que o actual Governo coloca para que Portugal se transforme num país com características turísticas de excelência?

Estamos entre os 20 primeiros destinos mundiais e temos uma estratégia clara para o desenvolvimento do sector em Portugal até 2015. Pretendemos que o nosso país seja um dos principais destinos turísticos de referência na Europa. Esta é uma visão sem dúvida ambiciosa, mas exequível. Estamos, por isso, fortemente empenhados na qualificação da nossa oferta e da sua competitividade.

Para isso, apostámos claramente na requalificação dos nossos destinos tradicionais e apostámos no desenvolvimento integrado e coerente de

novos Pólos de Desenvolvimento Turístico. O turismo de alto valor acrescentado que queremos que tenha um peso cada vez maior na nossa economia exige que se avaliem com rigor os projectos, de modo a promover o desenvolvimento de destinos sustentáveis, nas dimensões económica, social e ambiental.

Por outro lado, assumimos como uma prioridade de actuação a requalificação dos recursos humanos, que constituem um pilar fundamental para o turismo de excelência que pretendemos. Nesta área, estamos a construir um novo paradigma. Em conjunto com todos os parceiros (públicos e privados) identificámos os défices existentes na área formativa, implementámos projectos-piloto de “formação on job”, adequando a formação às reais exigências do mercado,

e alterámos os currículos das nossas escolas de hotelaria, dando primazia a matérias comportamentais, línguas estrangeiras e componente informática.

Em paralelo, em cumprimento do programa do Governo e enquadrado no programa Simplex, fizemos a revisão do quadro regulador da actividade turística (dos estabelecimentos de restauração e bebidas, das agências de viagens e dos empreendimentos turísticos), adaptando-o às novas realidades, assumindo como princípios basilares a simplificação dos procedimentos, a desburocratização e a responsabilização de todos os intervenientes.

Nesse sentido, estão a ser criadas todas as condições para que o nosso país se profile, a nível internacional, como um destino de turismo de alta qualidade?

É esse o nosso objectivo e trabalhamos para que assim aconteça. Os resultados da actividade turística deixam-nos confiantes quanto ao caminho que temos seguido e o crescente surgimento de projectos inovadores e de requalificação da nossa oferta turística demonstram o clima de confiança geral vivido no sector.

Particularmente importante é que este movimento de investimento e de requalificação da nossa oferta turística acontece por todo o país.

Segunda habitação, consciência ambiental e luxo parecem constituir as principais tendências do turismo em Portugal. Que comentário lhe merece esta apreciação?

O nosso país tem muito para oferecer aos turistas. Não queremos que a percepção de Portugal seja apenas a do bom clima e do sol e mar. Portugal tem o que denominamos “diversidade concentrada”. Temos um clima excelente e uma oferta de recursos naturais e culturais com um enorme potencial. Atendendo à riqueza da nossa oferta, aos factores distintivos de Portugal identificámos dez produtos que considerámos estratégicos para o desenvolvimento turístico português, nomeadamente turismo de natureza, “touring” cultural e paisagístico, gastronomia e vinhos, saúde e bem-estar, turismo náutico, golfe e resorts integrados. O desenvolvimento de resorts integrados será particularmente importante na afirmação turística de regiões como o Oeste e o Alentejo. Note-se que, em 2006, o mercado de turismo residencial em Portugal representava apenas quatro por cento do mercado ibérico.

Por outro lado, a nossa aposta para o turismo em Portugal passa precisamente por disponibilizar uma oferta que prime pela qualidade e segurança em detrimento do turismo massificado. E a requalificação das nossas unidades hoteleiras é um “up-grade” necessário para o modelo de turismo que defendemos e queremos. No final do ano passado realizou-se no Algarve no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia o Fórum Europeu de Turismo onde se discutiram questões de extrema relevância e actualidade para o turismo na Europa – conservação do património, gestão dos resíduos e recursos e a responsa-

bilidade das empresas na prossecução de uma gestão sustentável. Queremos uma indústria turística forte, geradora de emprego e de bem-estar social, que maximiza as valências ambientais como vantagens competitivas. Ninguém dúvida hoje em dia da crescente consciência e exigência ambiental dos turistas.

Mais de metade dos projectos com Potencial Interesse Nacional (PIN) são turísticos. Que leitura faz desta constatação?

É um sinal inequívoco da vitalidade do sector e da confiança que os nossos empresários demonstram ter para investir nesta actividade. Neste momento, existem 38 projectos turísticos considerados PIN, distribuídos pelo país e que representam um investimento superior a 8 mil milhões de euros e à criação de mais de 35 mil postos de trabalho.

Queria ainda realçar que, além destes, existem muitos outros projectos turísticos de investimento em curso, nomeadamente de requalificação das infra-estruturas, que comprovam o dinamismo do turismo e as boas perspectivas de desenvolvimento da actividade.

Em face do desafio da competitividade, que novidades considera relevantes na legislação dos empreendimentos turísticos, cuja entrada em vigor está prevista para Março?

A revisão da lei dos empreendimentos turísticos era há muito reivindicada pelas associações do sector.

O novo regime aprovado em Conselho de Ministros e que aguarda promulgação foi objecto de ampla participação do sector e constitui um marco importante para a diminuição dos custos de contexto associados à instalação de empreendimentos turísticos e para a qualificação da nossa oferta turística.

Com este novo regime, simplificámos o acesso à actividade e ao quadro normativo. Concentrámos num único diploma-base todas as regras relativas a todos os empreendimentos turísticos (remetendo para portarias que estamos neste momento a concluir os requisitos de cada um dos estabelecimentos), redefinimos as tipologias dos empreendimentos turísticos (passámos de 21 tipos de empreendimentos, cuja diferença em alguns casos era invisível, para 12), suprimimos passos desnecessários e agilizámos procedimentos. Com a ajuda de uma equipa multidisciplinar, fizemos a avaliação dos custos de contexto e no novo regime conseguimos ganhos de redução de prazos na ordem dos 44 por cento (passa de 485 para 270 dias desde o pedido de informação prévia até à classificação definitiva).

A implementação deste novo regime trará um melhor acompanhamento e informação dos promotores, maior clareza e celeridade dos processos, um aumento da previsibilidade dos resultados e uma consequente valorização da qualidade da nossa oferta.

Como é que se gere o equilíbrio, por vezes difícil, entre desenvolvimento turístico e preocupações

ambientalistas, nomeadamente no que diz respeito às áreas protegidas da costa alentejana e do Gerês?

Ninguém questiona que o turismo é um importante instrumento no combate das assimetrias regionais, gerador de riqueza e de emprego, sendo, portanto, importante para o bem-estar das populações e para o fortalecimento da nossa economia.

E como já disse, o turismo que queremos aproveita e maximiza as valências ambientais como mais-valias competitivas.

Por isso, todos os projectos têm sido sujeitos a uma avaliação e acompanhamento rigorosos por parte dos organismos que tutelam os interesses públicos em presença.

Deixe-me, aliás, referir que os nossos empresários estão perfeitamente conscientes da importância que tem hoje a conservação da natureza, sendo que os projectos que apresentam e os investimentos que fazem demonstram claramente a aposta no modelo de turismo sustentável.

Atendendo às reformas que se estão a operar no sector, poderíamos dizer que assistimos a uma mudança de paradigma no turismo, que passa pela promoção de uma nova imagem de um Portugal cosmo-

“Todos os projectos têm sido sujeitos a uma avaliação e acompanhamento rigorosos por parte dos organismos que tutelam os interesses públicos em presença”

polita, empreendedor e moderno, descolando finalmente do conceito massificado do sol e mar?

Sem dúvida que sim. Mas saliente-se que Portugal, embora tenha sido durante muitos anos visto como um destino de sol e mar, com um excepcional clima em termos europeus, nunca atingiu – felizmente – os níveis de massificação de outros países.

As políticas seguidas pelo Governo visam exactamente promover um país contemporâneo e inovador, rico numa “diversidade concentrada”, que tem para oferecer ao turista muito mais do que sol e mar.

Portugal está de facto a afirmar-se como um destino a não perder, como se comprova pelo facto de ser apontado por várias localidades de referência como um dos locais obrigatórios a visitar este ano.

Concretamente, quais os efeitos que se esperam da mais recente campanha para melhorar a imagem de Portugal lançada pela nova marca “Portugal Europe’s West Coast”?

No ano passado e como resultado do novo acordo de promoção turística, o Turismo de Portugal investiu cerca de 50 milhões de euros em promoção, divididos por três áreas:

captação e realização de eventos, promoção de Portugal e agências regionais de promoção turística. Este ano prevê-se o mesmo valor para a promoção. A campanha “Portugal Europe’s West Coast” pretende transmitir a ideia e realidade de um país moderno e inovador. Uma imagem de um país que é, de facto, o Oeste da Europa, alicerçada em elementos positivos e num conjunto de talentos que projectam para o exterior o que de melhor se faz em Portugal. No caso específico do turismo, a nova imagem de comunicação foi lançada oficialmente por ocasião da FITUR, em Espanha. Nesta fase da campanha, optámos por associar portugueses que se excederam nas suas actividades a mensagens sobre factos turísticos, que visam cativar públicos-alvo.

Esperamos que constitua um sucesso, pois procuramos aliar características fundamentais, capazes de fazer Portugal competir a par e passo com os melhores num mundo cada vez mais globalizado.

Considera que a estratégia do Governo tem sido fundamental para o alcançar dos objectivos definidos para 2007 e até para a sua superação?

2007 foi, de facto, um ano muito positivo a todos os níveis para o Turismo português. Conseguimos inclusivamente superar as metas anuais estabelecidas no PENT, já de si ambiciosas, e estamos a crescer acima da média europeia e mundial. Vamos ultrapassar os 7 mil milhões de euros de receitas globais e os 39 milhões de dormidas, o que é de facto único. O mais notável é verificar que o crescimento ocorreu em todas as regiões do país, demonstrando o enorme potencial que várias zonas do país têm para esta actividade.

Penso que o segredo resulta da conjugação de vários factores. Desde logo, e em primeiro lugar, a confiança que os investidores e empresários do sector têm demonstrado no país. Por outro lado, a aposta clara do Governo nesta área, traduzida no reforço das acções de promoção, nos incentivos ao investimento público e privado, na promoção de novas rotas aéreas, na captação e organização de importantes eventos internacionais, na dinamização de parcerias público-privadas, bem como no apoio à requalificação dos nossos destinos tradicionais.

É nesta articulação e concertação de esforços, convergindo num caminho comum, que reside a chave do sucesso da actividade turística portuguesa e da afirmação de Portugal como destino turístico de excelência na Europa.

É, pois, essencial que mantenhamos este trabalho, com o envolvimento de todos, para consolidar e prolongar o ciclo positivo entretanto iniciado.

Qual o volume de investimento, entre público e privado, previsto para o turismo este ano?

O Governo lançou o PIT (Programa de Intervenção do Turismo) com uma dotação de 100 milhões de euros e em vigor até 2009, bem como o novo regime dos protocolos bancários com um valor de 120 milhões de

euros. Estes dois instrumentos financeiros são importantes para alavancar investimentos públicos e privados.

Só o valor envolvido nos PIN turísticos representa mais de 8 mil milhões de euros de investimento e deram já entrada candidaturas ao QREN referentes a projectos turísticos na ordem dos 110 milhões de euros.

Estes valores são bem sintomáticos da dinâmica que estamos a viver.

Quais são as principais apostas no imediato?

Queremos continuar a crescer acima da média europeia e cumprir as metas anuais estabelecidas no PENT: cinco por cento no número de turistas e nove por cento em volume de receitas.

Para isso, 2008 será o ano de implementação das reformas legislativas e, na área da promoção, a continuação das acções juntos dos nossos principais mercados emissores, a par da exploração de novos mercados com potencial, nomeadamente Escandinávia e Rússia. Em paralelo, consolidar-se-ão as acções no âmbito do acordo de promoção conjunta celebrado com Espanha, nomeadamente junto aos mercados longínquos.

Ao nível da formação, continuaremos a trabalhar com o sector privado e com as associações no sentido da crescente qualificação dos recursos humanos e avançaremos já este ano com a implementação de dois centros de investigação avançada, no Estoril e no Algarve, com a participação de especialistas, para aproximar as soluções das necessidades dos empresários.

Há razões para pensar que a tendência de crescimento no turismo irá manter-se?

Os resultados alcançados no ano passado foram notáveis. Aliás, já 2006 fora um ano de viragem. O crescimento tem sido sustentado e prova a resistência do sector face a factos menos positivos nas diversas economias. Queremos manter este ritmo e estamos confiantes. No entanto, temos de estar atentos aos efeitos que podem surgir devido à crise “sub-prime” verificada nos EUA e Europa e também aos elevados preços do petróleo. Mas esta atenção traduzir-se-á em maior proactividade do sector público e privado na captação de mais e melhores turistas.

Finalmente, o turismo pode alancar o país para um futuro económico mais risonho na justa medida em que é um cluster que tem muito por explorar?

O Governo encara o turismo como um sector decisivo para a economia portuguesa e tudo tem feito para que seja de facto um dos principais motores do crescimento da economia no presente e nos anos vindouros.

Enquanto actividade transversal tem um efeito arrastador, podendo constituir de facto um motor de desenvolvimento essencial de várias regiões de país, que até hoje não exploravam este potencial.

Acredito, pois, que o turismo tem todas as condições para transformar positivamente a vida das nossas populações e que Portugal está no caminho certo para se afirmar como destino de referência.

DEPUTADOS QUESTIONAM SOBRE ISENÇÃO DE TAXAS MODERADORAS A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

OS DEPUTADOS do PS querem saber que medidas estão a ser previstas ou implementadas pelo Governo para garantir que as vítimas de violência doméstica não paguem taxas moderadoras nos hospitais.

Num requerimento entregue na Assembleia da República pelos parlamentares do PS Paula Nobre de Deus, Maria do Rosário Carneiro, Pedro Nuno Santos, Afonso Candal, Miguel Laranjeiro, Irene Veloso, Fátima Pimenta, Jorge Seguro Sanches, Hortense Martins, Marcos Sá, Aldemira Pinho, Ana Couto, Maria José Gamboa e Miguel Ginestal, recordam uma notícia recentemente divulgada, segundo a qual uma mulher vítima de violência doméstica pagou mais de 150 euros de taxa moderadora no Hospital de São Marcos, em Braga, para de seguida sublinhar que, segundo a Lei de Bases da Saúde, “estes casos enquadram-se no grupo populacional beneficiário da isenção da taxa moderadora”.

Assim, e tendo em conta “a exis-



tência de interpretações díspares quanto ao acesso ao direito da isenção do pagamento de taxa moderadora nas unidades de saúde por parte das vítimas de violência doméstica”, os deputados socialistas pedem esclarecimentos ao Governo acerca do que está a ser feito.

“Quais as medidas que já estão em curso para a resolução deste problema e para garantir a interpretação uniformizada por parte das unidades de saúde do decreto-lei n.º 201/2007 e qual a meta prevista pelo Ministério da Saúde para a sua aplicação generalizada?”, questionam. **MR**

Socialistas querem que facturas informem consumidores sobre a qualidade da água

OS DEPUTADOS do PS na Assembleia da República querem que as facturas da água passem a incluir obrigatoriamente o resultado das análises efectuadas à qualidade da água para consumo humano e que os dados apurados sejam disponibilizados na Internet.

Só desta forma, defendem, a informação ficará de forma clara e directa ao alcance do público interessado, “uma vez que assim chega com regularidade ao conhecimento de todos os clientes dos sistemas de abastecimento público de água”.

Através de um projecto de resolução entregue no Parlamento, os deputados socialistas referem o facto da legislação em vigor apenas obrigar à publicação trimestral das análises à qualidade da água para consumo humano em editais colocados em lugares próprios ou na imprensa regional.

Norma que, dizem, se tem mostrado insuficiente como método de informação, “e que manifestamente não chega a todos os consumidores”, sendo em sua opinião que esta poderá ser a principal razão porque um elevado número de pessoas (mais de dois terços



dos consumidores portugueses) recorrem ao consumo sistemático de água engarrafada.

Este projecto de resolução é subscrito pelos deputados Marcos Sá, Mota Andrade, Jorge Seguro e Renato Sampaio e apoiado pelo próprio líder da bancada, Alberto Martins, entre outros.

Para os signatários, torna-se necessário que todos os consumidores tenham acesso directo aos resultados das análises sobre a qualidade da água que bebem, medida que na sua opinião “poderá contribuir para o reforço da confiança no bem que estão a consumir”, o que neste caso particular, lembram, “representa um bem essencial à vida”.

Assim, a proposta do Grupo Parlamentar do PS aponta para que no âmbito do regime tarifário dos sistemas públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, se regulamente de modo a garantir que a factura da água passe a incluir a indicação da percentagem de análises obrigatórias à qualidade de água em falta pela entidade gestora, a indicação da percentagem de análises obrigatórias realizadas que revelem incumprimento dos valores paramétricos aplicáveis e a forma de aceder, nomeadamente, através da Internet, à informação completa e actualizada relativa à qualidade da água fornecida. **RSA**

Calha em Castelo Branco e Guarda



O SECRETÁRIO nacional do PS para Autarquias, Miranda Calha, esteve no passado dia 9 em Castelo Branco e Guarda, onde reuniu com os presidentes das concelhias, presidentes de câmara eleitos pelo PS e Secretariados das Federações, a exemplo do que tem vindo a acontecer em outros pontos do país, com o objectivo de dinamizar o processo de preparação das eleições autárquicas de 2009.

Regularize as suas quotas Novo Regulamento de Quotas

Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

Quota mínima

Semestral6€
Anual12€

Quota suplementar

(Inclui “Acção Socialista”)
Semestral...12€
Anual.....24€

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em cheque;
2. Transferência bancária

Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

Linha Azul
808 201 695



Contamos consigo!

Socialistas não cedem a pressões

O PARTIDO Socialista não se deixa intimidar nem condicionar na sua acção política. Esta a reacção imediata do PS, pela voz do secretário nacional da Organização, Marcos Perestrello, à manifestação de professores convocados por mensagens de telemóvel com origem desconhecida, ocorrência verificada no passado dia 16, em frente à sede nacional, onde se realizou uma reunião partidária que teve por base temática a educação.

Para o secretário-geral do PS, José Sócrates, o incidente foi “absolutamente lamentável”.

Trata-se de “pessoas que já fizeram o mesmo no Congresso do PS e que há três anos se manifestam onde quer que esteja”, mas, observou o líder socialista, “já deviam saber que o PS não se deixa condicionar”.

Sócrates fez questão de deixar clara a mensagem de que o Governo vai manter a sua linha política e estratégica para o sector educativo, cumprirá o seu mandato e o seu programa.

Por sua vez, Vitalino Canas, porta-voz do PS, esclareceu que os socialistas



tas “aditem plenamente o direito à manifestação, mas cumprindo as regras do Estado de Direito, que neste caso não foram cumpridas”.

O dirigente do PS acrescentou que a manifestação não foi convocada atendendo os preceitos legais da democracia e apontou que esta se destinou a “condicionar e intimidar militantes socialistas que iam exercer os seus direitos políticos”.

Por fim, Vitalino Canas criticou o líder do principal partido da opo-

sição, afirmando que este deveria demarcar-se daquela manifestação “anti-democrática e ilegal”.

“Luís Filipe Menezes e o PSD estiveram ao lado do PS quando este lutou pela liberdade e devia solidarizar-se, condenando a manifestação”, concluiu.

Refira-se que na reunião de trabalho do dia 16, o chefe do Executivo do PS deixou claro que não governa para obter simpatia e que as actuais linhas orientadoras da política educativa vão manter-se “em nome de uma escola pública melhor”.

Assim, medidas como a avaliação de professores e o novo modelo de gestão das escolas vão mesmo avançar, segundo assegurou, perante cerca de centena e meia de professores militantes socialistas. **MR**

Concelhias do Partido Socialista vão a votos

ESTÃO marcadas para os próximos meses as eleições em todas as concelhias do Partido Socialista. Estas eleições são um dos mecanismos de participação dos socialistas na vida do seu partido. Eleger e ser eleito para as comissões políticas concelhias é contribuir de

forma cívica e militante nas importantes decisões de representação em cada um dos concelhos. Cada comissão política participará activamente nos grandes desafios do partido, e do país, no próximo ano: eleições legislativas, eleições autárquicas e europeias.

Calendário

ALGARVE	14,15 de Março
AVEIRO	7/14 de Março
BEJA	1 de Março
BRAGA	28,29 e 30 de Março ou 4,5 e 6 de Abril
BRAGANÇA	7 de Março
CASTELO BRANCO	a definir
COIMBRA	a definir
ÉVORA	3 e 4 de Abril
FRO	4, 5 e 6 de Abril
GUARDA	4 e 5 de Abril
LEIRIA	28 e 29 de Março
LISBOA	7 de Março
PORTALEGRE	14 e 15 de Março
PORTO	5 de Abril
SANTARÉM	15 de Fevereiro
SETÚBAL	7 e 8 de Março
VIANA DO CASTELO	11 e 12 de Abril
VILA REAL	29 Fev. 1, 7, 8, 14 e 15 de Março
UIÇA	7, 8 e 9 de Março

Fonte: www.ps.pt

RECTIFICAÇÃO

Na edição do “Acção Socialista” em que se dava conta dos órgãos da Federação de Castelo Branco, constava um erro que agora corrigimos e que tem a ver com os camaradas da JS desse

distrito que têm assento nos órgãos da Federação do PS de Castelo Branco.

Fica agora a correcção, pedindo desculpa pelo lapso.

Secretário-coordenador da Federação Distrital de Castelo Branco da Juventude Socialista
Artur Patuleia

Representantes da JS na Comissão Política Federativa do PS

Bruno Ramos
José Miguel Oliveira
Catarina Mendes
Sérgio Ramos

OPINIÃO



ÓSCAR GASPAR
Economista
Militante nº 26303

Com a redução dos prazos de pagamento a fornecedores contribui-se para o reforço da credibilidade do Estado enquanto pessoa de bem e para a criação de um ambiente propício aos negócios

O CUMPRIMENTO IMPORTA

SÃO bem conhecidas as manchetes “Portugal tem dos incobráveis mais elevados da Europa Ocidental”, “o prazo médio de pagamento atinge os 81,2 dias”, “as entidades publicam demoram em média 152,5 dias a pagar”. Ou seja, no nosso país, onde há uma lei que diz que os pagamentos se fazem a 30 dias (DL n.º 32/2003, de 17/2), ninguém cumpre e o Estado não tem dado bom exemplo.

Pior do que a má fama (e os encargos adicionais que o Estado tem que suportar por ser um mau pagador) são as consequências económicas dos atrasos nos pagamentos:

- i) Dificuldades de tesouraria em PME que lhes deteriora a imagem/estatuto junto da banca, penalizando-as futuramente no acesso ao crédito;
- ii) Condiciona a competitividade das empresas credoras. Os atrasos nos pagamentos comerciais foram identificados pela Comissão Europeia como uma das maiores barreiras ao crescimento das empresas, em particular as PME.
- i) Gera um efeito cumulativo de atrasos, que vão crescendo em catadupa
- ii) Como país, somos penalizados na atracção do investimento estrangeiro pela aparente incapacidade em cumprir prazos de pagamento contratuais

Nas relações dos negócios entre privados, estão identificados m alguns dos factores que provocam e/ou permitem a derrapagem dos prazos de pagamentos, tais como o insuficiente profissionalismo das empresas na área das cobranças, as ineficiente penalizações previstas, a ausência de tradição de aplicar juros de mora; a imputação ao credor do custo da resolução de dívidas e o lento funcionamento dos tribunais.

No caso das entidades públicas sempre me intrigou que houvesse atrasos de muitos meses no pagamento aos fornecedores e prestadores de serviços. A causa não poderia encontrar-se nas dificuldades orçamentais porque os pagamentos em atraso dizem respeito a despesas efectivamente efectuadas, cujas facturas foram aceites pelas entidades pública, como tal já consideradas para efeito do saldo orçamental. Por outro lado, o Estado não tem um problema de financiamento e muito menos de tesouraria.

As causas para os atrasos nos pagamentos das Administrações Públicas encontram-se, assim, na incorrecta planificação da despesa e da tesouraria, na ineficiência na gestão de pagamentos (conferência de facturas, circuitos de autorização, etc.), na insuficiente formação financeira, que privilegia a óptica orçamental à óptica patrimonial e assume como boa regra de gestão pagar o mais tarde possível e na incompleta implementação do POCP.

É público, nomeadamente através de recentes pareceres do Tribunal de Contas, que o problema do atraso dos pagamentos das entidades públicas está concentrado em alguns, poucos, ministérios e organismos, com a Saúde em lugar de destaque. Também é conhecido que um número significativo de autarquias apresenta prazos de pagamento superior a 236 dias e que boa parte dos credores dos municípios é constituída por PME.

Neste contexto, é muito significativa a aprovação pelo Governo do Programa “Pagar a Tempo e Horas”. Assim, vai haver a publicitação da evolução de indicadores dos prazos de pagamento, a fixação de metas aos dirigentes públicos relativamente a prazos de pagamento a fornecedores e a criação de incentivos associados ao grau de cumprimento desses objectivos. Um dos aspectos mais inovadores do Programa é a possibilidade das regiões autónomas e dos municípios poderem contrair empréstimos de médio e longo prazo, financiados maioritariamente por instituições de crédito e, minoritariamente, pelo Estado, que se destinem a substituir dívida comercial contraída.

É o cumprimento do Programa de Governo no que respeita a medidas para “diminuir os atrasos nos pagamentos comerciais” e “assegurar um comportamento exemplar das entidades públicas” mas a iniciativa saúda-se pelos impactos favoráveis que vai trazer.

Com a redução dos prazos de pagamento a fornecedores contribui-se para o reforço da credibilidade do Estado enquanto pessoa de bem e para a criação de um ambiente propício aos negócios.

O “pagar a tempo e horas” permitirá injectar centenas de milhões de euros no circuito económico, melhorando a liquidez de milhares de PME (com efeito na melhoria na notação bancária das empresas: redução de spreads, aumento dos plafonds de crédito) e introduzindo mais transparência e economia nos contratos com entidades públicas.

Deputados socialistas avaliam situação social no distrito do Porto

Os deputados socialistas eleitos pelo distrito do Porto querem que o Governo contemple e reforce as medidas de carácter social no distrito, apelando à criação de novos mecanismos de combate à exclusão social e ao desemprego.

ESTA iniciativa resulta de uma audição que os deputados do PS promoveram durante dois dias naquela cidade junto de dezenas de instituições sociais, organizações não governamentais e associações empresariais com o objectivo de conhecer a evolução social do distrito.

Para o deputado e presidente da Federação portuense, Renato Sampaio, “as crianças e os idosos são as classes etárias que deverão merecer mais atenção”, razão pela qual defendeu que deverá haver uma mais adequada articulação entre o poder central e o poder local, algo que em sua opinião poderá ser alcançado, quer através de uma aposta ainda mais séria no sector educativo, mas também, como sublinhou, através de “uma maior descentralização”.

Por sua vez, o deputado socialista Fernando Jesus, outro dos organizadores deste encontro, referiu que a iniciativa revestiu-se de um grande significado, recordando que o combate ao desemprego e à pobreza devem resultar, antes de mais, de uma abordagem integrada “convocando para a sua participação aqueles que conhecem e intervêm na construção social”.

As audições de 28 e 29 de Janeiro permitiram “dotar os deputados com os elementos e a informação que os habilitam junto do Governo e da Assembleia da República à tomada de posições que possam representar um contributo positivo para a minimização dos problemas sociais e do desem-



prego que afligem particularmente a região do Porto”, afirma Fernando de Jesus ao “Acção Socialista”.

A Região do Porto, recorde-se, lidera as estatísticas do desemprego em Portugal e no que respeita ao Rendimento Social de Inserção (RSI) o número de beneficiários ascende a 102 mil.

Como sublinham em comunicado os deputados do PS/Porto, o actual Governo adoptou medidas muito positivas de combate à pobreza e ao desemprego, tendo criado neste particular mais de 100 mil novos postos de trabalho, algo, afirmam, que “nenhum outro Governo tinha conseguido”, a que se devem juntar, recordam ainda, iniciativas como o complemento solidário para os idosos, o PARES, programa que integra um conjunto de equipamentos sociais, nas valências de creche, lar, centro de dia e apoio domiciliário, os contratos locais de desenvolvimento social ou o abono pré-natal.

Apesar destas medidas, os depu-

tados do PS/Porto dizem ter plena consciência que o desemprego na região “tem vindo a crescer”, trazendo consigo mais dificuldades a um vasto sector da população, preconizando, por isso, que se avance para este problema “com um olhar atento” devendo o Governo, em sua opinião, ser sensibilizado para um conjunto de outras medidas capazes porventura de fazer baixar os altos níveis de desemprego na região.

Renato Sampaio enalteceu o Governo pela coragem que teve em implementar um conjunto de medidas de carácter social, referindo que, “apesar dos muitos constrangimentos de ordem financeira com que o país se debate”, foi ainda assim possível fazer baixar em dois anos “os níveis pobreza em Portugal”.

Por sua vez, Alberto Martins, líder parlamentar do PS, referiu que o objectivo destes encontros “é ouvir instituições e associações não governamentais ligadas à Segurança Social e à solidariedade”, uma vez que, disse,

“é ouvindo pessoas e instituições que os deputados podem conhecer de forma mais sustentada os projectos e as perspectivas que a sociedade civil propõe, facto que, na opinião do líder do PS no Parlamento, traz “uma mais adequada sustentabilidade ao trabalho dos deputados”.

Alberto Martins recordou ainda que este tipo de audiências serve também para analisar o “conjunto de medidas e programas que o Governo criou de apoio a idosos, crianças, doentes e desempregados”, de modo a que, acrescentou, se consiga entender melhor “até que ponto os programas existentes respondem às necessidades”.

O estado social no distrito

Para os deputados socialistas, a conjugação de factores circunstanciais, internos e externos, tem introduzido dificuldades na economia regional, “com óbvias repercussões no tecido social do distrito”, que luta com uma

taxa de desemprego elevada, como resultado, principalmente, de “alterações do tecido industrial e de uma acentuada deficiência de qualificações das pessoas”.

O distrito do Porto, acrescentam, representa um dos territórios nacionais onde essas fragilidades mais se fazem sentir “agravadas pela natureza e alteração do seu tecido produtivo”.

Esta realidade, acrescentam ainda, tendo levado os socialistas do Porto a acompanhar “com atenção e preocupação” a evolução destes dados e as respectivas consequências na qualidade de vida dos cidadãos “pe- sem das reformas já em andamento executados pelo Governo”.

Na perspectiva do PS/Porto o combate à pobreza e ao desemprego, nas suas mais variadas formas e modos, deve resultar de uma “abordagem integrada e abrangente”, e não por “críticas avulsas e levianas”, disse Renato Sampaio, atacando assim as declarações do líder do PSD e presidente da Câmara de Gaia, quando defendeu há poucos dias não “fazer sentido gastar tanto dinheiro na ligação Porto-Lisboa na linha de alta velocidade”.

Para o responsável pela Federação do PS/Porto, estas opiniões em nada contribuem para ajudar o distrito a avançar e a modernizar-se, recordando que “nenhum investimento da dimensão do TGV é tomado de forma leviana por este Governo”.

Pelo contrário, na opinião de Renato Sampaio é hoje uma evidência para toda a população do distrito a importância de que se reveste a futura linha Porto-Lisboa em alta velocidade, tendo em conta, como referiu, “que a actual linha do Norte está esgotada”, do mesmo modo que defendeu a manutenção do projecto da linha Porto-Vigo, “porque a cidade não pode ficar de fora da linha transeuropeia de alta velocidade”. **RSA**

Socialistas de Felgueiras qualificam atitude do PSD de demagógica

O PARTIDO Socialista de Felgueiras acusa o PSD local de andar “à boleia” das manifestações populares nas localidades do concelho onde incidiu a reestruturação dos serviços de prestação de saúde levada a efeito pelo Governo.

Dizem os dirigentes socialistas que se tem vindo a assistir nas últimas semanas ao que classificam de boatos sobre o encerramento do SAP (Serviço de Atendimento Permanente) do Hospital Agostinho Ribeiro, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras, notícias essas, acrescentam os responsáveis do Partido Socialista, que têm levado a que o PSD de Felgueiras se tenha aproveitado “irresponsavelmente” para criar um caso de agitação social.



De facto, lembram, ao invés de esclarecer cabalmente o que de facto se passa, de que “não existe qualquer decisão ou sequer intenção do Governo em encerrar o SAP”, o PSD, em convivência com o director clínico daquele serviço de saúde, “apressou-se a prestar falsas declarações a imprensa” apresentando soluções que “sabe não serem possíveis de implementar”, revelando assim uma mera motivação de ordem política, com o objectivo, por um lado, de criar um clima adverso ao Governo e ao Ministério da Saúde, e, por outro lado, “abrir um espaço de protagonismo próprio” de modo a retirar daí dividendos partidários ilegítimos.

Acrescentam ainda os socialistas de Felgueiras, que o PSD está unicamente preocu-

pado “com o ruído” que possa resultar dos protestos populares, esquecendo-se que o Hospital não é do Estado mas sim privado, o qual “pertence todavia a uma instituição que deve ser respeitada por todos”.

Os socialistas evocam, por outro lado, que “tal como já garantiram em devido tempo”, nunca foi posta em causa pelo actual Governo a denúncia do protocolo celebrado pela então ministra da Saúde, Maria de Belém, para o funcionamento do SAP, mas não deixa de lamentar que a Santa Casa da Misericórdia não venha a público, “como lhe competia”, esclarecer a população que serve, permitindo assim que alguns, de forma irresponsável, “usem e abusem do bom nome que a instituição possui”. **RSA**

PS vai propor entidade para a prevenção da corrupção

ATÉ ao final da presente sessão legislativa o PS vai propor a criação de uma entidade para a prevenção da corrupção, anunciou no Parlamento o deputado Ricardo Rodrigues.

“Nesta sessão legislativa apresentaremos uma proposta concreta no domínio da prevenção que achamos que deve ir mais além que um mero observatório ao nível universitário”, afirmou Ricardo Rodrigues.

O deputado socialista recusou a proposta do PSD, reiterada por Santana Lopes, para criar uma “agência ou comissão” que acompanhe em permanência a acção do Estado nos resultados do combate à corrupção.

Ricardo Rodrigues rejeitou a proposta, defendendo em alternativa “uma entidade com autoridade que possa levar por diante a prevenção” da corrupção.

Considerando que a corrupção em Portugal não acaba “por decreto”, o deputado do PS sustentou que o combate “reclama a exigência de uma investigação e também de uma condenação eficaz”.



E sublinhou que “nada mina mais a justiça que a impunidade relativamente a esses casos. Processos divulgados na comunicação social e investigados durante anos, chegam a julgamento e os arguidos são absolvidos”.

E, frisou, “é essa má investigação que se tem feito e essa má justiça que nos todos nos penalizamos que

devemos chamar a atenção do país”, afastando a proposta do PSD para criar uma comissão ou agência de acompanhamento.

Ricardo Rodrigues manifestou-se contrário a mais legislação que imponha um “Estado policial ou judicial” e reiterou que o PS rejeitará propostas que “minem o Estado de Direito”.

Deputados Socialistas querem sistema de informação às PME

PROJECTO DE RESOLUÇÃO

UM PROJECTO de resolução que recomenda ao Governo a criação de um sistema de dinamização de parcerias e apoio à gestão das Pequenas e Médias Empresas, no âmbito do QREN, foi entregue na semana passada no Parlamento por um grupo de deputados socialistas.

“O objectivo é criar um interface interactivo, dinâmico, que não seja apenas um ponto de prestação de informação aos empresários das PME e aos potenciais empreendedores. É fundamental que assumam uma atitude flexível e proactiva, suportada num modelo de intervenção dinâmico”, lê-se no documento que tem a deputada Paula Nobre de Deus como primeira subscritora.

Por isso, defendem os deputados do PS, o sistema deverá ter duas dimensões: por um lado, assegurar assistência técnica nas fases de pré e pós candidatura e, por outro, deverá ir ao encontro do empresário através de um plano de contacto.

No projecto de resolução, os deputados socialistas consideram ainda que “um sistema de apoio desta natureza deve privilegiar a capacidade instalada, numa lógica de articulação local em que se envolvam administração central, autarquias locais e associações empresarias, bem como outras organizações da sociedade civil, ao nível da gestão



de candidaturas e incentivos às empresas aproveitando a estrutura da administração pública central e local já existentes”.

“A heterogeneidade das soluções que vierem a ser encontradas deve contribuir para aproximar o QREN dos cidadãos, das empresas e das organizações, em geral. A existência de um sistema de dinamização de parcerias e de apoio no processo de candidaturas, à gestão, próximo, acessível e dinâmico, preferencialmente em cada concelho do país que, de forma eficaz e eficiente, dê uma resposta às PME promovendo o crescimento da economia portuguesa”, afirmam os deputados no documento.

No texto, sublinha-se o “papel da maior importância na estrutura empresarial portuguesa” desempenhado pelas PME, recordando que entre 2000 e 2005 conseguiram

gerar, por ano, e em média, aproximadamente mais 77,2 mil postos de trabalho e mais 3,4 mil milhões de euros de negócios, em termos reais.

Estes números, sublinham os parlamentares socialistas, representam um resultado seis vezes superior ao das grandes empresas em matéria de emprego e 1,7 vezes superior em matéria de facturação.

“Em 2005 operavam em Portugal perto de 297 mil PME, as quais geravam cerca de 2,1 milhões de postos de trabalho e mais de 170,3 mil milhões de euros de facturação. Isto significa que as PME representavam então 99,6 por cento das sociedades do país, sendo geradoras 75,2 por cento dos empregos e realizando mais de metade dos negócios (56,4 por cento) empresariais”, é ainda referido.

OPINIÃO



LÚCIO FERREIRA
Deputado do PS

Com o PS no Governo, não só existe coragem legislativa para colmatar lacunas que outros governos não souberam ou quiseram enfrentar, mas também a necessária abertura para reconhecer e emendar erros que se evidenciem da aplicação prática das leis

PESCA LÚDICA

O QUADRO legal da pesca com fins lúdicos foi fixado, tendo subjacente como filosofia básica a necessidade de assegurar a sustentabilidade dos recursos marinhos e impedir o desenvolvimento de uma actividade de pesca profissional a coberto da pesca lúdica.

Sendo a pesca lúdica uma actividade tradicional, com cerca de meio milhão de praticantes, constitui sem dúvida uma salutar forma de ocupação dos tempos livres, com significativo impacto económico, mormente na área do comércio de apetrechos e acessórios de pesca, na construção e reparação de embarcações e na vertente marítimo-turística.

Sem legislação regulamentadora durante cerca de duas décadas, coube essa tarefa ao actual Governo do Partido Socialista, através da portaria 868/2006, de 29 de Agosto, que com cerca de um ano e meio de vigência, permite já que se possa fazer dela um balanço quanto aos objectivos preconizados, a à sua aceitação pelos destinatários praticantes, que no cômputo geral deverá ser considerado positivo. São, porém, apontadas algumas falhas na legislação e solicitada a sua revisão pontual.



Uma das reivindicações recorrentes relaciona-se com a modalidade da apanha lúdica, sobretudo porque o figurino legal não permite a utilização de quaisquer tipos de artes de pesca ou utensílios.

Sendo uma actividade com grande tradição e impacto nas comunidades locais do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, onde existe uma prática tradicional de apanha de bivalves, que para alguns velhos pescadores constitui mesmo um complemento alimentar familiar, e que pela sua larga experiência, serão eles próprios os protectores do substrato das espécies que apanham, assegurando a sustentabilidade dos recursos, e ao não poderem usar qualquer instrumento, ficam praticamente impedidos de apanharem percebes, crustáceos ou quaisquer bivalves..

Deu entrada na Assembleia da República uma petição assinada por mais de dez mil subscritores e associações de pescadores lúdicos, que embora concordando com a necessidade da regulamentação, identificam pontualmente os aspectos da legislação cuja revisão reivindicam, formulando e fundamentando concretas propostas de alteração.

Entre as várias ideias propostas salienta-se a implementação de períodos de defeso para a época da desova, zonas de protecção para reprodução e crescimento, aumento da medida mínima na limitação das capturas, a marcação do peixe como forma de obviar o seu comércio ilegal e uma mais eficaz fiscalização.

Após este período de vigência da regulamentação, e feito o seu balanço, é possível proceder a correcções pontuais da legislação, acolhendo os contributos da experiência dos praticantes e os anseios de todos os que reivindicam correcções pontuais.

O Governo, através do ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, já manifestou publicamente disponibilidade e intenção de rever a legislação tendo em conta esses contributos, dando, assim, garantia de que em breve tal sucederá, o que constitui uma boa noticia para os pescadores lúdicos e um sinal de que com o PS no Governo, não só existe coragem legislativa para colmatar lacunas que outros governos não souberam ou quiseram enfrentar, mas também a necessária abertura para reconhecer e emendar erros que se evidenciem da aplicação prática das leis.

“Guimarães – Capital Europeia da Cultura” vai potenciar desenvolvimento”

ANTÓNIO MAGALHÃES DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

A Câmara de Guimarães vai apresentar candidaturas em todos os programas do QREN, com prioridade para a qualificação da população, a alteração do tecido produtivo e o reforço da centralidade urbana, revela o presidente da autarquia, António Magalhães da Silva. Em entrevista ao “Acção Socialista”, afirma ainda que o evento “Guimarães – Capital Europeia da Cultura” vai ajudar a “consolidar a cidade como um centro cultural de um espaço de meio milhão de pessoas” e ao mesmo tempo promoverá “a nossa afirmação como uma das centralidades do Noroeste Peninsular”.

J. C. CASTELO BRANCO

Que balanço faz deste mandato à frente da Câmara?

Estamos a continuar um programa, iniciado há quase 20 anos, e que nos tem permitido concretizar um projecto com investimentos calendarizados que afirmaram Guimarães no contexto do país como uma das suas cidades de referência.

Os últimos dois anos foram, como são sempre as metades iniciais dos mandatos, ocupados com a elaboração de projectos, os quais tiveram fundamentalmente em vista o conjunto de intervenções que vão afirmar Guimarães como uma das capitais europeias da cultura em 2012. Estou bastante satisfeito porque foi possível apresentar à cidade projectos de grande qualidade, com contributos estruturais, que estão neste momento em discussão pública, muito participada, para a obtenção de um consenso muito alargado.

Quais os eixos prioritários do Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara para 2008?

Os eixos principais estão ligados à Guimarães 2012. Abrangem a reabilitação urbana, depois da intervenção na cidade da idade média que nos permitiu a atribuição da distinção de Património Cultural da Humanidade, será a vez da cidade do século XX, das nossas praças centrais que sofrem há anos de uma perda de habitação, de comércio, de vivência,

como sucede em quase todos os centros urbanos do país. Também o reforço dos equipamentos, agora a “Casa da Memória”, depois do Centro Cultural Vila Flor, onde já reuniu o Conselho de Ministros, e do Pavilhão Multiusos, onde já decorreu um Congresso Nacional do PS. Ainda a continuação de uma política de formação de públicos e de criação cultural porque queremos que os eventos de 2012 sejam fortemente participados pela população local.

Não esquecemos porém que a vivência desse acontecimento só será alcançada se o concelho viver um tempo de melhoria económica e social, e por isso também consideramos prioritário direccionar a nossa intervenção para ajudar à alteração do modelo económico, para uma maior qualificação académica e profissional da população, para a garantia da coesão do tecido social.

Em que ponto está a preparação da “Guimarães – Capital Europeia da Cultura”?

Após a designação pelo Governo de Guimarães como a cidade que representaria Portugal como Capital Europeia da Cultura em 2012, foi criado um grupo de missão com representantes do Ministério da Cultura e da Câmara que procedeu à audição de muitas entidades, entre as quais o movimento associativo da cidade, para a elaboração de um programa de candidatura. Este programa já foi apresentado aos organismos da União Europeia. Aguardamos a

sua decisão, entretanto estamos a preparar candidaturas ao QREN que incluem também intervenções a concretizar no âmbito da CEC.

Que benefícios mais evidentes trará este evento para a cidade?

Serão muito importantes e, acima de tudo, pretendemos que deixem raízes e tenham desenvolvimentos pós-2012. Guimarães foi um concelho pioneiro na industrialização do país, a indústria têxtil local data do século XIX, e beneficiou em grande parte do século XX de um relativo apogeu económico. Havia um grande apelo ao emprego não qualificado e Guimarães não fugiu à regra no passado de uma muito baixa taxa de escolarização. Hoje, a situação está a mudar, a Universidade veio trazer uma nova população, há avidez de cultura por parte das novas gerações.

O evento Guimarães 2012 vai ajudar a consolidar a cidade como um centro cultural de um espaço de meio milhão de pessoas, com a maior taxa de juventude, vai proporcionar contacto com várias afirmações artísticas e estimulará novos gostos. Ao mesmo tempo ajudará muito à nossa afirmação como uma das centralidades turísticas do Noroeste Peninsular, outro dos nossos objectivos estratégicos de desenvolvimento.

Como pensa o município aproveitar os fundos comunitários, no âmbito do QREN?

Vai ser uma grande oportuna-





de para concretizar investimentos, e espero que para combater a excessiva centralização do país, apostando num verdadeiro desenvolvimento regional. O decreto-lei n.º 312/2007 dá indicações positivas nesse sentido ao afectar ao Norte, Centro e Alentejo, alguns programas operacionais, como os relativos aos factores de competitividade e valorização do território.

Guimarães vai apresentar candidaturas em todos os programas, com prioridade para a melhoria de qualificações da nossa população, a alteração do tecido produtivo, e o reforço da centralidade urbana no espaço em que nos integramos.

O que tem feito a Câmara para combater a especulação imobiliária e proporcionar habitação aos munícipes com mais baixos rendimentos?

Concretizámos a construção de várias centenas de fogos que são administrados por uma empresa

Qual é o principal problema que identifica no concelho e de que forma tem a Câmara actuado para o minorar?

É notoriamente a transição de modelo económico de uma indústria tradicional de mão-de-obra intensiva e não qualificada, formada ainda maioritariamente por centenas de microempresas sem incorporação no produto de mais valias, trabalhando em muitos casos em subcontratos de marcas internacionais. Sendo certo que no concelho se localizam também algumas das melhores empresas exportadoras em têxteis lar, já com inovação quer no fabrico quer na comercialização, mas mesmo estas estão com algumas dificuldades devido à relação na cotação euro/dólar.

A mudança deste modelo económico exige uma população mais qualificada para responder à oferta da nova economia de outro tipo de empregos, e para isso estamos

maior, a sua distribuição pelo país é muito desigual.

Mas a contenção orçamental, o rigor na despesa, são objectivos nacionais, e pela nossa parte também temos dado o nosso contributo.

Qual a sua opinião sobre a Lei das Finanças locais?

A lei actual continua a servir o desenvolvimento das autarquias e a manter os seus princípios-base. Quando da sua última revisão, manifestámos alguma discordância quanto à inclusão no endividamento das autarquias das dívidas das empresas municipais por despesas de investimentos comparticipadas por fundos comunitários, por tal alteração se verificar com efeitos retroactivos.

A empresa intermunicipal Vimágua, em que participam Guimarães e Vizela, teve de contrair, para a instalação das redes públicas de água e saneamento em todo o território dos dois concelhos,

“Estamos a continuar um programa, iniciado há quase vinte anos, e que nos tem permitido concretizar um projecto com investimentos calendarizados que afirmaram Guimarães no contexto do país como uma das suas cidades de referência”

“A actual Lei das Finanças Locais continua a servir o desenvolvimento das autarquias e a manter os seus princípios-base”

municipal, a CASFIG, que não se limita a receber rendas e a conservar o património, mas promove toda um vasto acompanhamento cultural e social dos residentes. O programa foi dirigido aos mais carentes e integra algumas famílias monoparentais e outras com muitas dificuldades de vida. Dar-lhes calor social, afecto e convívio relacional é, por vezes, tão importante como dar-lhes casa.

No que respeita à venda lucrativa, temos procurado impor rigor no licenciamento, respondendo aos projectos dos investidores e da política quase universal de compra de casa própria que foi proporcionada pela baixa da taxa de juros, sem permitir qualquer “selva” urbanística, pelo contrário garantindo qualidade ambiental e beleza do espaço urbano a todos.

a trabalhar para estimular o gosto pela escola, em proporcionar mais qualidade e atracção desta. Mas também procuramos atrair novas empresas e nesse sentido concretizamos o Avepark, parque de empresas e de centros de investigação de novas tecnologias, cuja instalação foi avançada em sociedade com o Estado, a Universidade, e as associações empresariais.

Como avalia a actuação do Governo em relação a Guimarães?

Não nos queixamos. Apoiamos a política global do Governo, e mesmo nas políticas sectoriais, elas têm servido os interesses do concelho. É certo que o país continua excessivamente centralizado e é necessário uma discriminação positiva no apoio ao investimento nas zonas onde o desemprego é

empréstimos que não contavam para a nossa capacidade de endividamento e que passaram a contar... De qualquer forma, estamos bem longe dos limites da lei.

O que mais o estimula na sua actividade de autarca?

Estar perto do povo, resolver problemas concretos, propor, votar e concretizar medidas que passado algum tempo vemos no terreno, e verificamos quanto mudaram na vida das pessoas, por vezes em comunidades de milhares de residentes.

Foi esta ligação directa às pessoas da minha terra, esta proximidade ao concreto, que me fez optar por esta intervenção política depois de ter estado 12 anos como deputado na Assembleia da República. Estou gratificado e não arrependido.

Simplex 2008 avança com 180 medidas para facilitar mais a vida dos portugueses

“DEPOIS do sucesso que o Simplex tem tido, ninguém se atreverá a alterar esta política de modernização da Administração Pública”, pois “esta é uma tarefa da maior importância para o país, uma vez que a capacidade de competirmos na economia mundial deriva da capacidade de nos modernizarmos”, defendeu José Sócrates, na apresentação do balanço do programa para 2007 e das medidas de simplificação administrativa e legislativa para 2008.

O chefe do Executivo falava numa sessão realizada em Lisboa, na qual classificou os resultados do ano passado como “muito significativos”.

Para quem a simplificação consagrada nos programas Simplex “é um trabalho sem fim, que não se acaba em uma ou duas legislaturas”, o projecto previsto para 2008, “representa já a ambição de uma Administração Pública que quer dar continuidade a uma linha de simplificação para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos”.

Sócrates apontou assim que o Simplex 2008 inclui 180 medidas, entre as quais a criação do balcão sénior, com serviços e informações sobre reformas, tempos livres ou saúde; a substituição das certificações escolares de habilitações por comunicação directa entre serviços; a marcação simplificada de consultas de saúde; a simplificação da prescrição de medicamentos para doentes crónicos; a renovação mais simples e rápida da carta de condução; e a consulta “on-line” dos preços dos combustíveis.

Quanto às empresas, destacou



o agilizar do licenciamento de estabelecimentos e actividades de animação turística, centros escolares ou instalações desportiva; a criação de uma bolsa de Emprego para o Turismo; e a simplificação do cumprimento de obrigações perante a Autoridade para as Condições do Trabalho.

Recorde-se que o Simplex 2007, com 235 medidas, teve uma taxa de execução de 83,3 por cento.

Das 149 medidas destinadas a facilitar a vida aos cidadãos, 81,8 por cento foram executadas. Das 84 destinadas a facilitar o trabalho das empresas, 75,6 por cento foram executadas.

Atendendo a isto, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, responsável pelo programa, referiu alguns números como sendo elucidativos: foram emitidos de 3,8 milhões de documentos únicos

automóveis; foram vendidos eletronicamente 2,3 milhões de selos para veículos; foram emitidos 365 mil passaportes electrónicos; 22 mil recém-nascidos foram registados nas maternidades, sem deslocação dos pais ao Registo Civil; 65 por cento dos contribuintes utilizou a via electrónica para declarar o IRS; o “Diário da República” passou a ser electrónico e registou 15,5 milhões de acessos; foram

criadas cerca de 41 mil “Empresas na Hora”, num processo que em Dezembro demorava, em média, 49 minutos.

Foram ainda criadas 862 empresas pela Internet; das marcas registadas 85 por cento foram no “on-line”; emitiram-se 497 mil certidões através da Internet, sem gasto de papel e 90 por cento das empresas entregou a informação empresarial simplificada pela Internet.

Recorde-se que o Simplex é um programa de simplificação de procedimentos administrativos inserido no âmbito do Plano Tecnológico, que visa massificar o uso das novas tecnologias em Portugal, o aumento da competitividade das empresas e a aposta na inovação.

Um dia antes da apresentação pública do Simplex 2008 e do balanço do programas executados no ano passado, o Governo aprovou, para consultas públicas, um decreto-lei que simplifica os processos de licenciamento industrial e concentra toda a legislação, actualmente dispersa, num único Regime de Exercício da Actividade Industrial.

O diploma visa diminuir o tempo de resposta da Administração para a instalação de diversas actividades; reforçar o princípio do balcão único e do gestor do processo (único interlocutor em toda a Administração); normalizar as interpretações da lei e dos procedimentos; reforçar a diferença de tratamento entre os estabelecimentos industriais com risco elevado e outros, ficando apenas os primeiros sujeitos a autorização prévia. **MR**

Governo abre mais centros “Novas Oportunidades”

NO REFORÇO do êxito já alcançado pela iniciativa “Novas Oportunidades”, o Governo anunciou que vai criar em todo o país mais 169 centros, tendo em vista aumentar a oferta já existente.

Para tal, aguarda que a Agência Nacional das Qualificações (ANQ) dê luz verde para que outras tantas entidades, nomeadamente escolas, reúnam as necessárias condições para aí instalar as novas unidades de reconhecimento, validação e certificação de competências de adultos que não completaram o ensino secundário.

Com este passo, o Executivo aumenta o número de unidades em cerca de 63 por cento, respondendo deste modo à grande procura por parte dos portugueses, passando dos actuais 268 para 437 centros.

Segundo os Ministérios da Educação e do Trabalho, que tutelam esta iniciativa, o principal objectivo deste alargamento passa por garantir uma mais adequada cobertura do território nacional, tendo em vista, como referem, “reforçar os níveis de acessibilidade, geográfica e sectorial ao público alvo”.

A região Norte continuará a dispor da



maior rede com um total de 81 centros, seguindo-se a zona Centro do país, com 37 unidades habilitadas, a região Sul, com 31 centros, o Alentejo, com 12, o Algarve com 8

e a Madeira com três, continuando a Região Autónoma dos Açores ainda fora da rede.

O Governo previa que em 2008 a rede nacional comportasse um total de 300 centros,

número que será agora largamente ultrapassado com a criação de mais estas 169 unidades.

Perante a consolidação deste projecto, em 2009 as previsões apontam agora para um total de 400 centros, número que subirá para os 500 no ano seguinte.

Dados oficiais adiantam que, quer em centros de reconhecimento, quer em cursos de educação e formação, estiveram inscritos, até ao final de 2007, mais de 250 mil adultos, representando aproximadamente 7,5 por cento da população activa, dos quais perto de 177 mil frequentavam o nível básico e 75 mil estavam matriculados para completarem o ensino secundário. A idade dos que procuraram melhorar as suas qualificações nos centros “Novas Oportunidades”, projecto que, recorde-se, visa qualificar até 2010 cerca de um milhão de portugueses, ainda segundo dados oficiais, situa-se entre os 25 e os 44 anos de idade, sendo que perto de um terço se encontrava sem emprego e 60 a 70 por cento, apesar de estarem empregados, manifestaram que ao procurarem esta iniciativa pretendiam não só aperfeiçoar a sua formação como melhorar a sua posição nas empresas. **RSA**

Sócrates reitera objectivo de criar 150 mil postos de trabalho

A MANTER-SE o ritmo médio de criação de emprego dos últimos três anos, será possível cumprir o objectivo de criar 150 mil postos de trabalho até ao final da legislatura, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, numa entrevista conjunta à SIC e ao "Expresso" em que fez um balanço positivo de três anos de Governo.



nhou que "Correia de Campos foi o primeiro ministro da Saúde a cumprir o orçamento dois anos seguidos".

O chefe do Governo adiantou ainda que vai haver uma aposta clara no "reforço das respostas alternativas" ao encerramento dos serviços de saúde.

Em relação à educação, Sócrates destacou as reformas levadas a cabo nesta área como a introdução de aulas de substituição, a revisão do estatuto da carreira docente, com a introdução da avaliação de professores, o alargamento do horário lectivo das escolas, o ensino de inglês logo no primeiro ciclo e a colocação de professores por três anos.

Ainda na área da educação, Sócrates salientou o facto do insucesso escolar ter baixado em dois anos de 33 para 25 por cento.

Sobre a avaliação dos professores, o primeiro-ministro voltou a garantir que

não terminará o seu mandato sem instituir este processo, garantindo no entanto que "o Governo dará o tempo necessário às escolas para fazerem as avaliações" neste ano lectivo.

Na entrevista, o primeiro-ministro afirmou que não está em campanha eleitoral, perguntando: "Acham que seria possível estar em campanha eleitoral e fazer as reformas que estamos a fazer?".

Sócrates adiantou ainda que está concentrado na governação e neste mandato, sublinhando que "o candidato a primeiro-ministro será escolhido no próximo congresso. Nessa altura o PS decidirá quem está em melhores condições para se candidatar". **JCCB**

Declaração de rendimentos dos políticos mais transparente

COM vista alcançar maior transparência nas disposições legais que permitem aos políticos pedir que as declarações dos seus rendimentos não sejam tornadas públicas, o Grupo Parlamentar do PS vai apresentar, ainda durante a corrente sessão legislativa, uma "proposta de clarificação".

"Oportunamente, mas ainda nesta sessão legislativa, o GP/PS irá apresentar uma proposta de clarificação das disposições, para que a interpretação da lei garanta a transparência", adiantou à Comunicação Social o vice-presidente da bancada socialista António Galamba, no final de uma reunião da direcção do grupo onde este assunto foi discutido.

As alterações que os deputados socialistas irão propor serão no sentido de eliminar todas as normas que permitem aos políticos pedir que as declarações de rendimentos não sejam tornadas públicas, disse, para logo acrescentar: "Ainda vamos preparar a formulação do texto, mas o importante é que não restem dúvidas sobre o texto legal, que exista uma clarificação do texto para assegurar a transparência".

Recorde-se que no passado dia 8 de Fevereiro António Galamba tinha avançado com uma proposta para "eliminar todas as disposições legais que permitam que alguém possa pedir secretismo da sua declaração de rendimentos".

Essa proposta surgiu dias depois de ter pedido esclarecimentos ao Tribunal Constitucional (TC) sobre uma notícia do "Correio da Manhã" que alegava que o tribunal tinha indeferido "dezenas de pedidos" de titulares de cargos políticos, solicitando que os seus rendimentos permanecessem secretos.

Ainda no mesmo dia, o TC revelou ter recebido, desde 1995, apenas 12 requerimentos de titulares de cargos públicos que solicitavam a não divulgação das suas declarações – em

quatro dos casos, os seus autores não eram obrigados a apresentar a declaração e em três outros pedia-se a não divulgação do nome do cônjuge ou a matrícula do carro, por exemplo.

Ao "Acção Socialista", António Galamba disse que a resposta do TC confirma que houve "leviandade" no tratamento dos dados existentes no Palácio Ratton.

"O populismo que essa abordagem possibilitou é mais um ataque à credibilidade dos titulares de cargos públicos, sem fundamento real", criticou, referindo-se à notícia que o "Correio da Manhã" publicou com o título "Políticos querem rendimentos secretos" e denunciando que ela "contém imprecisões e afirmações lesivas do bom nome a que os cidadãos titulares de cargos políticos e as instituições democráticas têm direito".

"Faltou rigor e seriedade. Os políticos e as instituições pagaram mais essa factura", criticou, após ter esclarecido que na sua carta de 7 de Fevereiro, dirigida ao presidente do Tribunal Constitucional, solicitou apenas uma declaração que atestasse se, na qualidade de deputado à Assembleia da República ou vereador na Câmara Municipal das Caldas da Rainha, sem tempos limitados, tinha apresentado algum um pedido, mesmo que indeferido, de não divulgação parcelar ou integral da sua declaração de rendimentos.

Refira-se que, na mesma carta, António Galamba sugeriu apenas ao presidente do TC que, através do recurso ao sítio do Tribunal na Internet, pudesse ser divulgada "a lista dos titulares que cumpriram o previsto na lei, entregando a declaração de rendimentos, e destes, quais os que requereram a aplicação dos dispositivos legais que contrariam o espírito de transparência no controlo do património e escrutínio dos rendimentos dos titulares de cargos políticos". **M.R.**

OPINIÃO



VENTURA LEITE
Deputado

Sines é uma peça decisiva no aproveitamento sustentável das potencialidades da região do Alentejo

SINES: UMA PEÇA IMPORTANTE, COM A MARCA DO PS, NO XADREZ DO ALENTEJO

O ALENTEJO tem sido visto, até um passado recente, como uma das regiões do país com maiores sinais de desertificação humana, com evidentes dificuldades em fixar e atrair população e investimentos. Um dos reflexos dessa situação é uma taxa de envelhecimento acima da média nacional, um clima económico e social de alguma depressão, tudo junto não favorecendo uma imagem positiva e de confiança no futuro.

Mas, na minha opinião, o futuro da região apresenta-se, hoje, como um dos mais promissores no conjunto do país.

Apesar dos muitos Congressos sobre o Alentejo, muitas marchas e outras iniciativas observadas ao longo das últimas décadas, o desenvolvimento do Alentejo só ganha dinâmica quando se torna possível articular decisões políticas fundamentais, mobilizar a iniciativa empresarial e dispor de uma visão realista para o futuro que encoraje os que ainda nele vivem e os que nele desejem viver.

Mas isto significa reconhecer que o desenvolvimento sustentável do Alentejo não pode ser concebido e defendido como uma espécie de regresso a qualquer passado.

Só é possível preservar o que é essencial do Alentejo justamente com desenvolvimento económico e não com o fechamento da região com medo do progresso e das mudanças que traz.

Fixar e atrair novas gentes para uma região em processo de desertificação, obriga a pensar, simultaneamente, no potencial do Alentejo e num mundo em processo de globalização económica, de aproximação de culturas, de novas preocupações de natureza global, e na necessidade de integração dos espaços económicos.

Numa região onde muitos políticos, com grandes responsabilidades, lutam muito mais em função do peso que tem a sua cidade em confronto com a vizinha, ou da localização dos serviços desconcentrados da Administração Central, em vez da construção de uma visão de futuro da região, torna-se difícil, ou pelo menos mais lento, o processo político de decisão sobre o seu futuro.

Apesar destas limitações endógenas, ao longo dos anos a região viu serem tomadas decisões políticas que ajudarão a alavancar uma dinâmica de desenvolvimento.

O PS tem estado associado às principais dessas decisões relacionadas com investimento em infraestruturas decisivas. A

construção do Terminal XXI no Porto de Sines, a construção do Hospital do Alentejo Litoral, a construção da Barragem do Alqueva, a construção de um aeroporto civil em Beja, a aceleração da aprovação de projectos turísticos, enclausurados durante anos, no litoral, a decisão da construção do IP8, o próximo arranque do TGV, etc.

Fica para o fim uma referência particular ao porto de Sines.

Um país pequeno como o nosso só pode competir num mundo de economia cada vez mais global se se integrar de forma inteligente no espaço económico que o rodeia. Esse espaço é, em primeiro lugar, a Península Ibérica

Mas o nosso desenvolvimento pode exigir, por outro lado, e é no nosso caso, saber transformar uma posição geoestratégica favorável num efectivo factor de competitividade.

O porto de Sines é, justamente, uma das peças mais importantes numa estratégia de integração da economia nacional, e do Alentejo, no espaço Ibérico, e de aproveitamento da nossa localização privilegiada.

Depois de anos de hesitação agravados por instabilidade política, Portugal tem hoje um plano e uma estratégia para o desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional como alavanca para fazer do país uma plataforma atlântica para os movimentos internacionais no mercado ibérico e europeu.

Sines é uma das 11 plataformas logísticas que a integram, estando presentemente em construção.

Mas não se trata apenas de construir uma ZAL (Zona de Actividades Logísticas). O objectivo é assegurar a sua interligação com a rede ferroviária, estradas e aeroportos, e, em paralelo, atrair empresas e actividade económicas.

O porto de Sines deverá ver concretizarem-se investimentos industriais da ordem dos 2000 milhões de euros, nomeadamente no sector petroquímico, os quais poderão transformá-lo, dentro de alguns anos, no quarto a nível europeu.

Tal como no jogo de xadrez, em que cada peça tem a sua dignidade e importância estratégica, Sines é uma peça decisiva no aproveitamento sustentável das potencialidades da região do Alentejo.

O turismo no litoral, com destaque para a costa de Grândola, ou no interior da região, o aeroporto civil de Beja, o Alqueva turístico e agrícola, são todos exemplos de peças igualmente indispensáveis desse processo.

“A nossa aposta nas infra-estruturas para travar de

ENTREVISTA A ANTÓNIO CAMILO, PRESIDENTE DA CÂMARA DE ODEMIRA

Este é ainda um mandato em que a construção de infra-estruturas viárias, escolares, sociais, de saúde e saneamento terão grandes investimentos, refere António Camilo, que considera fundamentais para travar a desertificação e combater o desemprego, num concelho com a extensão de Odemira, em que “a dispersão e a baixa densidade populacional têm um peso imenso”.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente da Câmara de Odemira afirma-se confiante que os investimentos turísticos previstos para o concelho irão potenciar emprego e induzir a instalação de novas empresas.

J. C. CASTELO BRANCO

Que marcas tem deixado a sua liderança da Câmara?

Não serei com certeza a pessoa mais indicada para responder, mas tem havido sobretudo a grande preocupação em responder aos problemas estruturais que vinham de trás e que se traduziam num insuficiente nível de infra-estruturação no que toca a redes eléctricas rurais, abastecimento de água, saneamento e rede viária, poucos equipamentos culturais, desportivos e recreativos, escolas em estado pouco razoável e sem equipamentos informáticos.

Por outro lado, olhar com seriedade e pragmatismo para as finanças da autarquia, levando a que esta hoje esteja entre as primeiras do país em termos de equilíbrio, com muito baixo endividamento e a pagar a 30 dias em média.

Por fim, tem sido feito um esforço enorme em conter a níveis razoáveis a pressão urbanística e turística, garantindo para esta costa, a única do distrito de Beja, um caso que se quer exemplar em termos de ordenamento do território. O potencial é enorme, mas tem de ser tratado com todo o respeito e cuidado.

Considero que, porventura, o maior trabalho que fizemos foi criar um rumo, motivando os odemirenses para um futuro que será o seu e no qual todos são importantes. A nossa evolução nos últimos anos é um sinal claro disso.

Quais as prioridades do Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara para 2008 aprovado a 17 de Dezembro por maioria na Assembleia Municipal?

Estamos quase a terminar o ciclo das infra-estruturas mais pesadas, mas este ainda é um mandato em que as acessibilidades, a melhoria do abastecimento de água e do tratamento dos esgotos, a completa cobertura do grande espaço rural de Odemira, o completar de um bom nível de estabelecimentos escolares, as parcerias na rede de cuidados primários de saúde, a terceira idade

e as tecnologias de informação tem grandes investimentos.

Aponta-se porém para uma viragem já muito assinalável para outras áreas (que de resto tem vindo a ser trabalhadas já noutros mandatos), e que têm a ver com a modernização dos serviços, a sua racionalização, melhoria de instalações e grande aposta na formação dos funcionários como base segura de uma melhor resposta aos cidadãos.

Por fim, uma aposta clara no intermunicipalismo, através da AMLA-Associação de Municípios do Litoral Alentejano a que neste momento igualmente tenho a honra de presidir, como forma de captar fundos comunitários no próximo QREN-Quadro de Referência Estratégica Nacional no período 2007/2013.

Para isso está em estado muito avançado um Plano Estratégico e de Acção que abrange os cinco municípios do Litoral Alentejano.

Como pensa o município aproveitar os fundos comunitários, no âmbito do QREN?

Como é conhecido, este período compreendido entre 2007 e 2013 é fundamental para o país e consequentemente para esta região do litoral e tem a sua matriz muito mais no intermunicipal (via associações de municípios ao nível de NUTS III), do que município a município.

Mas no que o município puder candidatar, fá-lo-á sem reservas em todas as áreas que lhe forem abertas, até pela boa capacidade financeira que tem.

Pretende-se por isso potenciar ao máximo esta oportunidade, em todas as vertentes de apoio que o QREN financie numa ou noutra vertente, apostando-se numa acção integrada no território e nas pessoas que de uma vez por todas dê razão em concreto a uma palavra que todos conhecemos “potencial”.

Há porém investimento pesado a realizar nas acessibilidades, na saúde e na formação, de responsabilidade nacional, que tem de ser feito a muito breve prazo, sem



o qual toda a estratégia pode ser posta em causa.

Ao definir-se o Litoral Alentejano, e nele Odemira, como um destino turístico de excelência (no caso de Odemira já com uma vertente hortícola e pecuária do melhor que a Europa tem), têm de ser criadas as condições para que tal aconteça com sucesso. O inverso seria terrível!

O que tem feito a Câmara, no âmbito das suas competências, para travar a desertificação e promover o emprego?

Tudo o que está ao seu alcance e na medida das suas possibilidades, atribuições e competências.

Daí a grande aposta na infra-estruturação de que lhe falava atrás.

Odemira é o território concelhio mais extenso de Portugal em que a dispersão e a baixa densidade populacional tem um peso imenso nas finanças municipais e na vida das populações.

Para que estas resistam nos locais é necessário garantir condições razoáveis de acessibilidade, e de electricidade, pelo menos, para que na emergência, na saúde e na assistência, por exemplo, apesar da distância o tempo seja efectivamente menor.

Nos últimos anos, estabilizámos em termos estatísticos a nossa população quando a curva vinda de trás nos dizia que perderíamos cerca de 4000 habitantes. Perdemos de facto alguma coisa mais foi quase residual.

No desemprego, este quase não existe ao nível do sector primário, uma vez que a mão-de-obra é até insuficiente para as empresas agropecuárias do concelho, existindo sim franjas de desempregados ao nível dos serviços e da juventude que se vai formando, devido a ainda baixo nível empresarial em outros sectores da nossa economia, a qual ainda não gera emprego suficiente.

Mas em nossa opinião este aspecto irá mudar com a chegada dos investimentos turísticos os quais irão potenciar emprego e induzir a criação/instalação de novas empresas.

De que forma e com que instrumentos a Câmara conta para

“A estrutura é essencial para a desertificação”



poder impedir que as áreas turísticas do concelho, como Zambujeira, Porto Covo e outras, venham a deteriorar-se com o aumento exponencial e desordenado do turismo e da construção em massa?

Uma estratégia consistente e programada há já algum tempo, aliada a instrumentos de gestão do território compatíveis com os valores em presença e que queremos preservar, respeito pela nossa especificidade, mas com a noção do que é verdadeiramente importante aqui conseguir implementar, são o pano de fundo.

Como calculará num território com as características de Odemira, o que não falta são intenções de investimento em todas as ver-

tentes que se possa imaginar. É perfeitamente claro que uma boa parte delas nunca terá, na matriz apresentada, qualquer hipótese de ficar em Odemira, por contrariar tudo aquilo que pensamos ser o melhor para esta terra e para as suas gentes, já que tudo subtraem ao concelho, sem nada de relevante trazer ou aqui deixar.

Há uma matriz que é muito nossa e que não será alterada no essencial. Essa é grande vantagem que temos e que naturalmente queremos continuar a ter.

Qual o principal problema que identifica no concelho e de que forma tem a Câmara actuado para o minorar?

As acessibilidades nacionais

não são boas e os anos vão passando sem que nada aconteça de relevante. Se a rede nacional de estradas existente e a projectada estivessem, a primeira remodelada e com resposta efectiva à mudança de tráfego verificada nestes anos e a segunda já executada teriam sido contribuintes líquidos para a valorização deste território, com evidente melhoria de condições de vida para aqueles que aqui nasceram, ou que escolheram ou pretendem vir a escolher como local de residência ou de investimento. A saúde é também um factor de grande dificuldade, mas apenas no que respeita à distância aos centros hospitalares de referência, Beja a 100 km, Santiago de Cacém a 76 km ou Lisboa a 200 km, ou, ainda

à permanente falta de médicos porque os concursos abertos ficam desertos por falta de interessados.

Como estão as relações com os vereadores da CDU no Executivo camarário?

São relações normais e até de cordialidade entre eleitos responsáveis, com naturais pontos de alguma divergência nas diversas opções que se põem em determinados assuntos, mas onde tem havido respeito e onde há trabalho conjunto, muitas vezes na procura das melhores soluções para melhor servir a população e o interesse

“Odemira está hoje entre as primeiras câmaras do país em termos de equilíbrio financeiro, com muito baixo endividamento e a pagar a 30 dias em média”

“Tem sido feito um esforço enorme em conter a níveis razoáveis a pressão urbanística e turística, garantindo para esta costa, a única do distrito de Beja, um caso que se quer exemplar em termos de ordenamento do território”

estratégico do Concelho.

Em matéria de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Prestação de Contas, a CDU tem uma posição de princípio de votar contra.

Que comentário lhe merece a actuação do Governo no que respeita a Odemira?

Alguma coisa tem sido feita, mas claramente abaixo das expectativas e do que um território com estas características e com um potencial único exige. Não quero falar apenas deste Governo que até tem procurado desbloquear algumas coisas, mas de todos os governos já que a matriz de base tem sido exactamente igual de não investimentos em Odemira.

Julgo no entanto que o Go-

verno está a criar condições para mudar as coisas, dadas as grandes transformações em curso devido a algumas reformas absolutamente fundamentais e, à consideração do Litoral Alentejano como zona estratégica para o país.

Esta zona e Odemira, por nela se encontrar, jamais darão razão à estratégia gizada se o investimento público nas principais linhas de força não tiver lugar e mais do que isso, lugar a tempo e horas.

Qual a sua opinião sobre a Lei das Finanças Locais?

Estou genericamente de acordo com a mesma, mas há matérias em que as coisas necessitariam porventura de uma maior discussão e de melhor avaliação de resultados, para melhor fazer entender às autarquias os objectivos a atingir num determinado período de tempo. No meu caso fui convidado a estar numa ou duas reuniões e em nenhuma delas houve resposta cabal e concreta às dúvidas e questões levantadas.

Na questão do território abrangido por áreas protegidas, Odemira foi claramente prejudicada porque no cálculo a majoração a introduzir foi considerada para percentagens com tal estatuto acima dos 50 por cento, ao termos 43 por cento do nosso território nessa situação e são “apenas” 740 km² de um total de 1720. Ou seja, na prática estamos extremamente condicionados e não somos reconhecidos nas contas feitas. Em nosso entender o factor diferenciador apenas centrado na área foi injusto em muitas situações.

Não posso deixar de dizer que a anterior lei estava claramente desajustada ao momento e tinha até factores que era necessário mudar e esta nova lei teve nesse aspecto virtudes evidentes.

Discordo da “consignação” de montantes em determinadas áreas, por em meu entender a lei entrar nas competências municipais.

O que mais o motiva na sua actividade de autarca?

O ser útil a uma terra que é a minha, o poder contribuir para uma estratégia de base territorial que a sustente e promova, o poder fomentar a participação das pessoas no sentido de as motivar para o trabalho colectivo para bem de todos e, muito principalmente a exigência que ponho no que faço, o que exijo a mim mesmo e aos outros que me acompanham neste projecto autárquico.

São muitas horas por dia, todos os dias, mas a causa vale a pena e as pessoas à boa maneira socialista estão sempre primeiro.

Alegre avança com corrente de opinião no PS

Do almoço de trabalho e de reflexão de Manuel Alegre com militantes socialistas de todo o país que o apoiaram na candidatura à Presidência da República saiu a ideia de formação de uma corrente de opinião no interior do PS.



“A NOSSA aposta é num movimento de opinião pública que se reflita dentro do partido”, disse Alegre no intervalo da reunião marcada por críticas ao funcionamento do PS e à acção do Governo.

“Há uma grande crítica em relação ao funcionamento do PS. Não há debate suficiente, tudo está muito governamentalizado, tudo começa e acaba no Governo”, afirmou o histórico militante socialista, acrescentando que há “um neo-rotativismo entre dois partidos diferentes (PS e PSD) que, sendo diferentes, estão cada vez mais iguais”.

Manuel Alegre considerou ainda que “há um buraco negro na esquerda, na democracia e no próprio partido. Nós somos socialistas, temos uma responsabilidade e

devemos contribuir para preencher esse buraco através da formação de uma corrente de opinião”.

Sobre a situação social do país, Alegre afirmou “que há muitas críticas na área da educação, no Ser-

viço Nacional de Saúde, na justiça, na desertificação”, mas sobretudo “uma grande preocupação com as desigualdades existentes no país”, classificando como “uma vergonha” e “um escândalo” os rendimentos dos gestores públicos.

Questionado sobre se a sua corrente de opinião poderá ir a votos num congresso, o deputado socialista afirmou: “Se me desafiam para combates dessa natureza respondo: vou às urnas, mas no país. Mas evitem essa situação, para bem do PS, porque penso que há outras maneiras de resolver as coisas, há maneiras de reformar o partido e de refrescar a democracia”.

Vitalino Canas considera positiva posição de Alegre

As declarações de Manuel Alegre sobre a criação de uma corrente de opinião interna alternativa valorizam o partido, afirmou o porta-voz do Partido Socialista, Vitalino Canas.

Vitalino Canas disse estas declarações de Manuel Alegre, feitas numa reunião com militantes socialistas, “se inserem na linha de actuação que ele tem seguido no

PS há muitos anos”, acrescentando que “não há diferença qualitativa em relação à sua actuação dos últimos anos”.

No entanto, Vitalino Canas considerou que o facto do deputado socialista “registar as suas preocupações” e trabalhar as suas ideias “no seio do PS, isso valoriza o partido e o próprio Manuel Alegre”.

E sublinhou que “valoriza o PS, pois confirma o PS como um partido onde existe diálogo e debate de ideias”.

O PS, referiu, “é o que os seus militantes querem que seja e o debate dentro do PS é o que os militantes querem que seja”, acrescentando que “esse debate é bem-vindo”.

“Não me parece que haja algo de mal na intenção de Manuel Alegre e ele próprio sublinhou que a existência de correntes internas estão permitidas nos estatutos do PS”, frisou.

Recorde-se que os estatutos do PS proibem tendências, mas consagraram em 2003 o direito de formar “correntes de opinião interna” desde que “compatíveis com os seus objectivos e que respeitem a disciplina partidária”.

Margem Esquerda escreve carta aberta ao secretário-geral

OS MEMBROS do Clube Margem Esquerda, clube de reflexão e debate, formado desde 2003 por militantes do PS, escreveram uma carta aberta ao secretário-geral, José Sócrates, entregue na sede nacional do partido a 30 de Janeiro, que o “Acção Socialista” publica na íntegra.

“Os membros do Clube Margem Esquerda manifestam a sua preocupação com a situação do país, da democracia e do PS, e apelam a urgentes mudanças no funcionamento do partido nas quais pretendem participar.

Partilhamos com o Governo a aposta em reformas modernizadoras, cientes de que elas só verdadeiramente o podem ser se não implicarem qualquer tipo de regressão social, mas alertamos para a fragilidade de quaisquer transformações sociais e económicas que não impliquem uma forte participação popular.

Só o envolvimento dos portugueses e a sua compreensão plena do sentido e do significado das modificações em marcha poderá conduzir ao sucesso das reformas”. Por isso, é determinante o contributo do Partido Socialista.

O esvaziamento da vida partidária é uma realidade inquietante, com efeitos gravosos e perversos, a médio prazo, se não for atempadamente atalhada.

Menos de dois anos nos separam do próximo acto eleitoral, que marcará, certamente, por muito tempo, o destino da sociedade portuguesa. Por isso, o PS não pode deixar de se apresentar em todas essas eleições nas melhores condições.

Só assim pode ganhá-las, repetindo a maioria absoluta nas legislativas. Mas será muito difícil consegui-lo se não acordar da letargia



em que se deixou cair e se não recuperar uma ligação de cumplicidade e confiança com o povo de esquerda em geral e em particular com o seu eleitorado mais fiel. Será mais difícil consegui-lo, se não escapar à onda de cepticismo que tem vindo a minar a credibilidade cívica e a aceitação social dos partidos políticos.

Sejamos claros: para que o PS e o seu Secretário-Geral possam desenvolver, de forma consistente, o projecto político de modernização solidária de Portugal é necessário que o PS se reencontre consigo próprio e com os seus militantes, se abra aos cidadãos e à sociedade, democratize o seu funcionamento e modernize as suas estruturas, práticas e imagem.

A adopção de eleições primárias para a escolha dos candidatos do PS às eleições autárquicas, regionais, legislativas, europeias e presidenciais é uma mudança urgente e

fundamental.

De tradição americana, as eleições primárias para a escolha dos candidatos a candidatos nas eleições para cargos públicos têm-se generalizado, nos últimos anos, em particular entre os partidos de esquerda em Itália, Grécia, França e Brasil. Esta tendência evidencia que as primárias constituem um poderoso instrumento para refundar a ligação dos partidos aos militantes e aos eleitores,

para reaproximar os cidadãos da política. De facto, as eleições primárias propiciam: o debate e confronto de ideias e propostas entre candidatos; a escolha dos mais qualificados para o desempenho de funções políticas; e a mobilização dos eleitores e cidadãos em torno de ideias e projectos políticos.

A prática instituída de designação dos candidatos em “circuito fechado”, entre círculos restritos de dirigentes, constitui uma das principais causas de desqualificação e descrédito da classe política, do afastamento dos cidadãos dos partidos, e tem contribuído, possivelmente, para a elevada abstenção nos actos eleitorais.

Contudo, para se cumprirem os objectivos das eleições primárias não basta que nelas participem os militantes do PS. O universo eleitoral deverá alargar-se à participação aos apoiantes e eleitores declarados do Partido.

Ou seja: torna-se necessário regulamentar e por em prática a decisão do Congresso de 2003, consagrada nos Estatutos em vigor (art.º 7º, n.ºs 5, 6 e 7) de criar a modalidade de simpatizante no seio do PS.

Estamos conscientes que as eleições primárias constituem uma inovação de profundas consequências políticas, culturais e comportamentais. E que a sua implantação tem de ser amplamente debatida e ponderada. Um processo incremental, assaz experimental. Conjugando, numa primeira fase, as eleições primárias com as prerrogativas actualmente outorgadas ao secretário-geral nesta matéria.

Mas não se pode adiar mais a sua adopção. Até porque se trata de uma fórmula política que rapidamente se vai generalizar. E seria um grave revés simbólico para o PS, se outros partidos nos precedessem nesse caminho.

O último Congresso encarregou a Comissão Nacional de promover revisões estatutárias. Mas estas só fazem sentido e só terão eficácia se for o culminar de um debate democrático, esclarecedor e exigente, que ponha o partido em sintonia com as realidades socioculturais contemporâneas e com as aspirações dos socialistas.

É para esse processo de renovação e de revitalização do Partido, que apelamos e que queremos, empenhadamente participar. Um processo de criação das condições políticas, estatutárias e organizativas para que o PS institua as eleições primárias, democratize a sua vida interna e se abra à sociedade moderna e plural e se focalize nas aspirações populares”.

Economia cresce acima das previsões

O OBJECTIVO de crescimento do Governo do PS foi superado. A economia portuguesa surpreendeu pela positiva ao registar um crescimento de 1,9 por cento no ano passado – o maior ritmo de expansão anual desde 2001 –, e acabar o ano em aceleração, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no passado dia 14 de Fevereiro.

Na Estimativa Rápida do PIB, o INE refere que o crescimento da economia portuguesa atingiu os 2 por cento no quarto trimestre do ano passado, face a igual período de 2006.

Esta evolução representa uma aceleração de 0,3 pontos percentuais do ritmo de crescimento, face ao passo de 1,7 por cento apurado, em termos homólogos, no terceiro trimestre de 2007.

Em termos anuais, a taxa de crescimento de 1,9 por cento traduz uma aceleração de 0,6 pontos percentuais face à registada em 2006.

Este ritmo de expansão é, também, superior às últimas estimativas do Governo, que se mantinham num crescimento de 1,8 por cento.

Para o primeiro-ministro, José Sócrates, estes dados permitirão que os portugueses possam ter agora consciência de que valeu a pena o esforço destes últimos anos e de que assistimos ao “regresso do investimento”.

Já o porta-voz do PS, Vitalino Canas, considerou que o crescimento de 1,9 por cento da economia no ano passado justifica “algum optimismo” e comprova as previsões do Executivo.

“São números ligeiramente acima das últimas projecções, que apontavam para 1,8 por cento. Por isso, demonstram que a recuperação económica prevista pelo Governo comprova-se”, afirmou.

Num comentário aos dados do INE, Vitalino Canas assinalou ainda que os números divulgados justificam “algum optimismo” e demonstram que as reformas que o Governo de maioria socialista está a levar a cabo são “positivas e estão a dar bons resultados”.

Entretanto, o ministro dos Assuntos Parlamentares defendeu que os mais recentes dados do INE



demonstram um crescimento sustentado da economia portuguesa, mas não autorizam triunfalismo.

Falando no passado dia 14 na Assembleia da República, numa declaração política em nome do Governo subordinada ao tema do “Crescimento da economia portuguesa”, Santos Silva referiu-se à estimativa rápida do INE, para de seguida sublinhar que os resultados da economia nacional se deveram à “consolidação das contas públicas em resultado das reformas operadas”, a uma atitude de “rigor do Estado” e a uma política económica “activa, apostando na captação de investimento”.

Todavia, o ministro dos Assuntos Parlamentares concluiu frisando que estes números “não autorizam nenhum triunfalismo ou irrealismo” e “muito menos permite a atitude, que seria irresponsável, de pensar que podemos descurar o rigor e a disciplina orçamental, ou abandonar o caminho das reformas”.

“Mas o que a evolução da economia e das finanças públicas permitem, isso sim, é enfrentar com mais segurança as incertezas do presente”, sustentou.

Recorde-se que o Executivo mantém a previsão de um crescimento de 2,2 por cento para este ano, apresentada em Dezembro de 2007.

E desemprego baixa

Entretanto, os dados divulgados recentemente pelo INE também dão conta de uma queda do desemprego, no final do ano passado, para 7,8 por cento.

A taxa de desemprego desceu 0,4 pontos percentuais nos últimos três meses de 2007, face a igual período de 2006, registando a primeira descida homóloga em cinco trimestres, e desceu 0,1 pontos percentuais, face ao período entre Julho e Setembro imediatamente anterior, concluindo o terceiro trimestre seguido em que não houve um agravamento.

Ao mesmo tempo, a população empregada aumentou 0,9 por cento nos últimos três meses de 2007, face a igual período de 2006, traduzindo a criação de 45.400 novos empregos.

A economia portuguesa está, assim, a mostrar que consegue criar mais postos de trabalho do que aqueles que destrói.

Este aspecto foi o destacado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, que afirmou que o Governo vai conseguir cumprir o objectivo de criar 150 mil novos postos de trabalho até ao final da legislatura, como foi prometido na campanha eleitoral para as últimas legislativas. MR

APROVADAS MEDIDAS DE APOIO À INTERIORIDADE

COM vista a incentivar o desenvolvimento e a recuperação das regiões do país que sofrem de problemas de interioridade, o Governo aprovou recentemente um conjunto de importantes medidas, entre as quais ganham especial relevo as normas do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

O novo decreto define as condições de acesso a esses benefícios públicos, as entidades que os concedem, as obrigações a que ficam sujeitos os beneficiários dessas ajudas e as penalizações para os incumpridores.

Refira-se que o Orçamento do Estado para 2008 previa que as empresas que operassem no interior pagassem uma taxa de IRC de 15 por cento (menos cinco pontos percentuais que anteriormente) e que as que lá se localizassem com novas instalações tivessem uma redução da taxa para os 10 por cento,



durante os primeiros cinco anos da sua actividade.

E recorde-se que em 2007 o regime em vigor estabelecia que as empresas localizadas em áreas de regime de interioridade ficavam isentas do pagamento das contribuições para a Segurança Social dos novos postos de trabalho que criassem e que teriam uma taxa de IRC mais baixa. MR

GOVERNO IMPEDE BANCOS DE PENALIZAREM LEVANTAMENTO DAS CONTAS POUPANÇA-HABITAÇÃO

NO ÂMBITO da política de defesa do consumidor que tem vindo a prosseguir, o Governo alterou o regime legal das Contas Poupança-Habituação, com o objectivo de impedir os bancos de penalizarem, nos juros, o levantamento dos montantes aí aplicados.

Em comunicado, o Conselho de Ministros informou que, “em conformidade com o regime fiscal aplicável por força da Lei do Orçamento do Estado para 2008 nesta matéria, clarifica-se que a penalização dos juros utilizados de saldos das Contas Poupança-Habituação para os fins não previstos na lei passa a ser aplicável apenas à mobilização dos

saldos resultantes de depósitos efectuados após 1 de Janeiro de 2004, sendo proibida a aplicação nos restantes de qualquer penalização”.

O comunicado refere ainda que “esta medida visa evitar que as instituições bancárias interpretem a lei de forma a permitir-lhes reter parte das remunerações dos depósitos”.



Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt
■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X
■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Colocar Portugal numa posição de liderança à escala mundial

UNIVERSIDADE MERIDIONAL

PORTUGAL tem de criar dimensão competitiva no sistema científico e tecnológico para alcançar uma posição de referência internacional e integrar o grupo de países-rede que dominará a nova era da economia do conhecimento, defendeu em Faro Carlos Zorrinho, numa sessão da Universidade Meridional, subordinada ao tema "Inovação, Competitividade e Plano Estratégico", promovida pela Federação do PS Algarve.

O coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico sublinhou contudo que, para concretizar este e os demais objectivos estratégicos definidos até 2013, o país tem de apostar fortemente na inovação e em áreas fundamentais como a qualificação e a modernização da administração pública.

Neste quadro, Carlos Zorrinho classificou o Plano Tecnológico como uma "ideia política determinante para Portugal", por preconizar o melhoramento da capacidade competitiva das empresas, de forma a subirem na cadeia de valor e combaterem na economia global.

Para o coordenador nacional, apesar do défice ao nível da qualifi-



cação, Portugal é "claramente uma nação-rede", com vantagem competitiva para alcançar uma posição de líder à escala mundial.

Uma ambição possível, defendeu Carlos Zorrinho, que apontou, no âmbito das opções estratégicas para o país, a valorização de três "vocações" em que já foram dadas provas de qualidade: os serviços de alto valor acrescentado, que permitirão a Portugal afirmar-se como nearshore; a produção de soluções integradas globais, aproveitando a capacidade dos nacionais em situ-

Coordenador do Plano Tecnológico acredita que o país pode ambicionar um lugar no grupo de países-rede à escala mundial

ações-limite; e a situação geográfica, que garante ao território uma condição determinante enquanto plataforma logística.

Zorrinho sublinhou no entanto que o posicionamento do país na "rede vencedora" a emergir do novo perfil da globalização, passa necessariamente pela superação de défices, nomeadamente ao nível do conhecimento, da tecnologia e da capacidade de inovação.

"Temos um país extremamente dual. Cerca de 35 por cento da população está perfeitamente integrada na economia global, mas o que nos preocupa e baixa-nos em termos de média, são os 65 por cento que estão fora do sistema", afirmou Zorrinho, que apontou como "desafio fundamental" conseguir conectar os excluídos.

"Não podemos fazer o que sempre fizemos no passado, ou seja, usar essa dualidade como desculpa para não estarmos na fronteira tecnológica. Precisamos de tirar o máximo partido de quem está nessa fronteira para criar valor e riqueza e com ela fazer um esforço redistributivo de políticas sociais activas, para conectar o maior número de pessoas para a parte competitiva", defendeu o coordenador nacional da Estratégia

de Lisboa.

Uma filosofia inerente às 120 medidas do Plano Tecnológico que, segundo Carlos Zorrinho, tem alcançado resultados positivos e superou mesmo a grande "prova de fogo", designadamente a "contaminação" do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) em cerca de 66 por cento.

A viragem obriga, no entanto, a ajustes essenciais, referiu Zorrinho, que elegeu como principais "mudanças" até 2013 a criação de uma dimensão competitiva no sistema científico, a modernização da Administração Pública e a qualificação de pessoas.

Segundo Zorrinho, esta ambição terá como resultado final "um país mais qualificado, com mais eficiência colectiva e mais avançado no uso das tecnologias, e melhor posicionado nas cadeias de valor globais, criando mais valor e convergindo com a média de rendimento da União Europeia". Uma meta possível, não só através das políticas públicas, mas também da atitude individual, já que, alertou Carlos Zorrinho, na sociedade do conhecimento há que "aprender como quem respira" e ter capacidade para assumir riscos.

Deputados socialistas visitaram concelho de Arganil

O TEATRO Alves Coelho e o rio Alva concentraram a atenção dos deputados socialistas eleitos pelo círculo de Coimbra na visita que efectuaram ao concelho de Arganil, com o objectivo de se inteirarem de alguns problemas e de tomarem contacto com projectos em curso.

A delegação, que era composta pelos deputados Victor Baptista, Horácio Antunes, Teresa Alegre e João Portugal, deslocou-se a Arganil na sequência de um convite feito pela Concelhia local do PS.

Recebidos por membros da Comissão Política Concelhia, vereadores da Câmara Municipal e militantes do PS de Arganil, a visita dos deputados começou numa unidade de produção de fumeiro tradicional em Vilarinho do Alva, onde puderam constatar a qualidade e excelência no fabrico de um produto local que alcançou notoriedade e se consolidou no mercado graças a uma empresa que tomou a cargo o desenvolvimento de uma freguesia onde estes investimentos escasseiam, já que envolve 35 postos de trabalho que absorvem mão-de-obra es-



sencialmente local.

A criação de uma estrutura de apoio a idosos e o investimento na recuperação do património religioso marcaram a passagem por Secarias, antes de se tomar contacto com a situação em que se encontra o rio Alva na vila de Côja.

Em Côja, os deputados manifestaram surpresa e preocupação com a não resolução definitiva do emissário dos esgotos de Côja, que é uma situação que urge ser resolvida com urgência.

Fruto de diligências entretanto efectuadas pelos deputados do PS, Victor Baptista revelou que o problema será resolvido pela Empresa Águas do Mondego, SA, o mais tardar até ao final do primeiro trimestre de 2009, devolvendo ao Alva a vitalidade que sempre o

caracterizou.

Por outro lado, a urgente necessidade de uma intervenção no Teatro Alves Coelho, em adiantado estado de degradação, motivou a deslocação da comitiva socialista à Santa Casa da Misericórdia de Arganil, proprietária deste espaço cultural, onde o provedor solicitou o empenho dos deputados para que junto das entidades competentes possam reforçar o interesse que este equipamento representa, não só para Arganil mas para toda a região, disponibilizando os apoios necessários à concretização da obra.

Os deputados tiveram ainda a oportunidade de visitar o Hospital de Cuidados Continuados Dr. Fernando Valle.

Como balanço da visita, Eugénio Fróis, presidente da Concelhia de Arganil, disse que esta era um estímulo e incentivo para o trabalho que está a ser desenvolvido pelo PS no concelho, e elogiou o Governo por disponibilizar significativos apoios financeiros que permitirão ultrapassar os estrangulamentos da rede viária que serve a freguesia do Piódão, afectada pelos temporais do Verão e Outono de 2006.

Socialistas criticam falta de estratégia de desenvolvimento em Salvaterra de Magos

O MUNICÍPIO de Salvaterra de Magos tem sido objecto de uma gestão "à vista", sem planeamento a médio e longo prazo, afirmou o deputado do PS na Assembleia da República e vereador da Câmara, Nuno Antão, dando como exemplo a indefinição face aos vultuosos investimentos previstos para a região, como o novo aeroporto no campo de tiro de Alcochete, o TGV e as plataformas logísticas no Poceirão e em Castanheira do Ribatejo.

Nuno Antão falava em conferência de Imprensa destinada a fazer o balanço socioeconómico do concelho após visita de deputados do Grupo Parlamentar socialista a instituições e empresas. António Gameiro, Sónia Sanfona, Nelson Baltasar e Nuno Antão foram recebidos pelo director do Centro de Emprego e pela presidente da Câmara de Salvaterra, Ana Cristina Ribeiro (BE). Almoçaram na Escola Profissional de Salvaterra de Magos e visitaram as empresas Portuleiter e Orivárzea, consideradas como modelos.

Nuno Antão acusou a



maioria camarária de não pensar o concelho a 10, 15 ou 20 anos como têm feito as autarquias de Benavente ou Coruche.

Já o deputado Nelson Baltasar salientou que é necessário partir para uma outra organização do território, conjugando a adequação de planos de pormenor e municipais com a nova legislação que está para sair e que irá desburocratizar processos de construção em áreas das reservas ecológica e agrícola. O deputado socialista disse que há "alguma falta de ambição do concelho de âmbito territorial e regional", bem como a ausência de recursos

humanos qualificados que é necessário atrair para dar resposta aos desafios que se aproximam e para poder competir com as áreas metropolitanas de Lisboa e Setúbal.

Os deputados socialistas eleitos pelo círculo de Santarém defenderam um plano de requalificação de desempregados e mão-de-obra, que prepare os concelhos do Vale do Sorraia para o impacto "brutal" que terá a construção do novo aeroporto de Lisboa na região.

Ao "Acção Socialista", Nuno Antão disse que os três concelhos abrangidos pelo centro de emprego de Salvaterra de Magos Salvaterra, Coruche e Benavente têm uma grande faixa de trabalhadores não qualificados e que a maioria dos desempregados estão na faixa dos 35/54 anos.

Por isso, sustentou que é preciso preparar essa mão-de-obra para que a região possa responder ao "grande impacto" que será gerado pelos três investimentos públicos de envergadura previstos para os próximos anos.

O PS NO DISTRITO DE AVEIRO

Comissão Política Distrital

José Barbosa Mota
Presidente Mesa CPD

Orlando Cruz
1º Secretário Mesa CPD

Regina Fontes
2ª Secretária Mesa CPD

Afonso Candal
Presidente da Federação

Abel Gonçalves

Acácio Oliveira
Inerente CFJ

Albano Macedo
1º Assembleia Municipal

Alcides Branco
Inerente CFFE

Alfredo Gonçalves

Álvaro do Bem
Inerente CFFE

Américo Santos
Inerente CFFE

Ana Bastos

Ana Campos Cruz
Inerente CFJ

Ana Fernanda Leça

Ana Maria Silva

Ana Marta Silva
Inerente DFMS

Ângelo Sousa
1º Câmara Municipal

Aníbal Gouveia

Antero Gaspar

António Cardoso

Antonio Gama
Inerente Presidente Concelhia

Antonio Sousa Pinho

Antonio Tavares
Inerente Presidente Concelhia

Armando França
Inerente Deputado AR

Arminda Gomes

Arminda Martins

Augusto Santos Leite
Inerente Presidente Concelhia

Augusto Vidal Leite

Bruno Julião
Inerente JS

Carlos Cabral
1º Câmara Municipal

Carlos Candal

Carlos Lemos

Carlos Neto Esteves
1º Assembleia Municipal

Carlos Silva Nunes
1º Assembleia Municipal

Catarina Rodrigues

Cristiano Ferreira
Inerente JS

Daniel Meira

Diamantino Matos

Elisa Almeida

Elisio Costa Amorim
Inerente Deputado AR

Fátima Ferreira
Inerente CFFE

Fernanda Godinho

Fernando Mendonça

Fernando Rocha Andrade

Fernando Sequeira

Filipe Neto Brandão
Inerente Comissão Nacional

Gabriela Cierco
Inerente DFMS

Gil Nadais
1º Câmara Municipal

Gonçalo Fonseca

Gonçalo Rocha

Inerente CFJ

Helder Filipe

Helder Simões

Helena Terra

Henrique Cierco

Henrique Ferreira

Henrique Tomás
1º Assembleia Municipal

Humberto Rocha

Isabel Robalinho Silva
Inerente DFMS

Jacinto Martins

Jesus Silva

Jesus Vidinha
Inerente Presidente Concelhia

Joana Capela

João Bernardo
Inerente Deputado Ar

João Gomes
Inerente JS

João Oliveira
1º Câmara Municipal

João Silva
Inerente JS

Joaquim Silva Pinto
1º Assembleia Municipal

Jorge Carvalho

Jorge Luís Oliveira
1º Câmara Municipal

Jorge Sequeira
Inerente Presidente Concelhia

José Dâmaso

José Fragateiro

José Luís Almeida
Inerente Presidente Concelhia

José Luís Peralta
1º Assembleia Municipal

José Salavisa
Inerente Presidente Concelhia

José Valente

José Vaz

José Vieira Gonçalves

Júlio Merendeiro
Inerente CFFE

Júlio Penetra

Justino Monteiro

Lino Pintado
1º Câmara Municipal

Lino Silva Pereira
1º Câmara Municipal

Luís Ferreira

Luís Neto

Luís Tovim
Inerente JS

Manuel Alves Oliveira
1º Câmara Municipal

Manuel Brandão
Inerente Presidente Concelhia

Manuel Cardoso Leal
1º Assembleia Municipal

Manuel Costa Oliveira

Manuel Dias Pereira
1º Câmara Municipal

Manuel Pinho Ferreira
1º Câmara Municipal

Manuel São Bento

Manuel Soares
1º Câmara Municipal

Manuel Strecht Monteiro
1º Câmara Municipal

Margarida Gariso

Maria de Fatima Strecht
Inerente DFMS

Maria de Lurdes Alves
Inerente DFMS

Maria de Lurdes Bastos
Inerente DFMS

Maria do Patrocínio Mota

Maria José Silva

Maria Manuel Barbosa
Inerente DFMS

Mariana Franco

Marisa Macedo

Napoleão Guerra

Nuno Marques Pereira
1º Câmara Municipal

Norlinda Lima

Oscar Gaspar

Patricia Couto

Paulo Seara

Pedro Martins
Inerente CFJ

Pedro Nuno Santos
Inerente Deputado AR

Pedro Oliveira

Pedro Silva
1º Assembleia Municipal

Raquel Sofia Nunes
Inerente DFMS

Raul Martins

Regina Marlene Pereira

Ricardo Bastos

Rosa Maria Albernaz

Rosa Marques Ferreira
Inerente DFMS

Rui Brito

Rui Jesus
Inerente CFJ

Rui Macedo
Inerente JS

Rui Marinha
Inerente Presidente Concelhia

Rui Marqueiro
Inerente Presidente Concelhia

Rui Sousa
Inerente JS

Sandra Veiga

Sofia Cunha
Inerente CFJ

Victor Neves

Vítor Fontes
1º Assembleia Municipal

Comissão Federativa de Jurisdição

Armando França
Presidente

Gonçalo Rocha

Ana Campos Cruz

Pedro Martins

Rui Jesus

Sofia Cunha

Acácio Oliveira

Comissão Federativa Fiscalizadora Económico-Financeira

Alcides Branco
Presidente

Américo Santos

Fátima Ferreira

Álvaro do Bem

Júlio Merendeiro

Secretariado Distrital PS Aveiro

Afonso Candal
Aveiro

Ana Maria Silva
Vale de Cambra

Antero Gaspar
Castelo de Paiva

Catarina Rodrigues
Estarreja

Fernando Mendonça

Estarreja

Gonçalo Fonseca
Aveiro

Hélder Simões
OAZ

Henrique Ferreira
Feira

Humberto Rocha
Ílhavo

Joana Capela
Mealhada

Júlio Penetra
Mealhada

Luís Ferreira
SJM

Luís Neto
Espinho

Manuel São Bento
Águeda

Maria José Silva
Espinho

Mariana Franco
Ílhavo

Oscar Gaspar
Vagos

Pedro Oliveira
Ovar

Regina Fontes
Arouca

Rosa Maria Albernaz
Espinho

Pedro Vaz
Estarreja

Presidentes de Concelhia

José Vidal
Águeda

Antonio Tavares
Arouca

Augusto Santos Leite
Murtosa

Gonçalo Rocha
Castelo de Paiva

Helena Terra
Oaz

Albino Almeida
Vale de Cambra

Jesus Vidinha
Albergaria

Jorge Sequeira
SJM

José Fragateiro
Ovar

José Luís Almeida
Sever do Vouga

José Salavisa
Oia

José Vaz
Ílhavo

Margarida Gariso
Lamas

Marisa Macedo
Estarreja

Oscar Gaspar
Vagos

Raul Martins
Aveiro

Rosa Maria Albernaz
Espinho

Rui Marinha
Anadia

Rui Marqueiro
Mealhada

Secretários-coordenadores

José pires
Fermentelos

António Gama
Águeda

Alfredo Gonçalves
Castelo de Paiva

José Vieira Gonçalves
Couto Mineiro

Victor Martins
Ovar

Justino Monteiro
Esmoriz

Álvaro Reis
Oliveira do Bairro

Henrique Tomás
Oia

Luis Miguel Mendonça
Estarreja

Herculano Parente
Aveiro

Napoleão Guerra
Anta

Henrique Cierco
Espinho

Joaquim Martins Vieira
Silvalde

Alcides Branco
Feira

Victor Neves
Lourosa

Rui Ferreira
Arrifana

José Pinto da Silva
Caldas S.Jorge

Camilo Miguel Guedes
Canêdo

Richard Neves
Escapães

Carlos Cruz
Guisande

António Monteiro
Lamas

Adriano Oliveira
Lobão

Adriano Martins
Milheirós de Poiares

Rui Rios
Nogueira da Regedoura

Joaquim Bandeira
Romariz

Manuel Neves Silva
S.Paio de Oleiros

Idalina Sousa Sá
São João de Vêr

Afonso Candal
Aveiro

Armando França
Esmoriz

Elísio Costa Amorim
Feira

Helena Terra
Oaz

João Bernardo
Ílhavo

Pedro Nuno Santos
SJM

Rosa Maria Albernaz
Espinho

Maria do Rosário
Carneiro

Departamento Federativo das Mulheres Socialistas

Rosa Maria Albernaz
Presidente

Conselho Consultivo

Mariana Rodrigues
Franco
Ílhavo

Marisa Macedo
Estarreja

Ana Campos Cruz
Aveiro

Ana Marta Pereira V.
Silva
Espinho

Ana Maria Silva
Vale de Cambra

Catarina Rodrigues
Estarreja

Regina Fontes
Arouca

Fátima Ferreira
Oliveira de Azeméis

Maria Manuel Barbosa
Aveiro

Rosa L. Marques Ferreira
Santa Maria da Feira

Maria de Lurdes Bastos
Luso

Maria de Lurdes Alves
Ovar

Isabel Robalinho Silva
Santa Maria da Feira

Gabriela Cierco
Espinho

Raquel Sofia Rebelo
Nunes
São João da Madeira

Carla Silva
Santa Maria da Feira

Suplentes

Maria de Fátima Strecht
Castelo de Paiva

Maria do Patrocínio
Sever do Vouga

Ana Carla Macedo
Aveiro

Joana Capela
Mealhada

Arminda Silva Gomes
Lourosa

Carla Adriana
Santa Maria da Feira

Laurinda Sá
Esmoriz

Sónia A. Fernando
Gomes
Albergaria-a-Velha

Secretariado

Rosa Maria Albernaz

Mariana Franco

Marisa Macedo

Ana Maria Silva

Regina Fontes

Suplentes

Catarina Rodrigues

Isabel Robalinho

Ana Carla Macedo

Ana Marta

Gabriela Cierco

Ana Cruz

Maria Manuel Barbosa

Conceição Salaviza

“A coesão social do projecto autárquico”

ENTREVISTA A AFONSO CANDAL, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO

As “excelentes” relações com todas as estruturas socialistas do distrito de Aveiro e o papel “inigualável” do poder local para a melhoria das condições de vida dos portugueses são salientados por Afonso Candal em entrevista ao “Acção Socialista”. O presidente da Federação de Aveiro considera ainda que o projecto autárquico do PS para o distrito deve assentar na coesão social, na qualidade dos serviços e no estímulo à iniciativa própria.

J. C. CASTELO BRANCO

Que mais-valias trouxe a sua liderança?

Esta é uma análise que cabe aos militantes fazer. Em qualquer caso, quando me candidatei tinha objetivos claros e propostas diferentes que no essencial estão a ser cumpridas e a marcar um novo rumo para a Federação. A melhoria das condições estruturais de funcionamento com a criação de bases de dados organizadas pelas “preferências” dos militantes, o apoio aos autarcas incluindo, de forma inédita, os presidentes de Junta de Freguesia, a nova página na Net com disponibilização de inúmera informação de acesso público e outra de acesso condicionado foram, a par com um exponencial aumento das realizações políticas, algumas das “ferramentas” utilizadas para enfrentar os “Novos Desafios”. Da presença de membros do Governo, deputados e eurodeputados em encontros distritais temáticos, ao “estímulo” dado às concelhias de que resultaram dezenas de convenções, muitas foram as iniciativas que recolocaram o debate político no centro da actividade do PS no distrito de Aveiro.

Que iniciativas mais relevantes tem a Federação programadas para 2008?

Num partido político a democracia interna é sempre da máxima relevância. Assim sendo, e não obstante o seu carácter ordinário, destaco as eleições para os órgãos locais que têm vindo a ser cuidadosamente preparadas no sentido de constituírem o primeiro grande momento de discussão e mobilização com vista às eleições autárquicas do próximo ano. Destaco igualmente o início da construção de uma nova sede distrital que, por ser uma imperativa necessidade e um anseio já de algum tempo, constituirá um dos maiores e mais envolventes desafios para os próximos anos mas, de igual modo, um potente elemento de motivação e de incentivo a uma redobrada actividade política num futuro próximo.

Como têm decorrido as relações com a JS, o Departamento das Mulheres Socialistas, as concelhias e as secções?

Excelentes relações com todas estas estruturas. A JS tem registado um crescendo de actividade sempre com grande sentido de oportunidade político e tem sido um importante parceiro. A esta realidade acresce o facto de tanto o coordenador da Federação da JS, o camarada Pedro Vaz, ser um activo militante também nos órgãos nacionais como o presidente da Mesa da Comissão Nacional, o camarada João Ribeiro, como o próprio secretário-geral da JS, o camarada Pedro Nuno Santos, serem militantes da Federação de Aveiro. Relativamente às Mulheres Socialistas, penso que nunca antes foi desenvolvido um trabalho tão permanente e de qualidade como o actual, resultado da grande capacidade de trabalho e dedicação de muitas mulheres do PS dirigidas pela nossa camarada Rosa Maria Albernaz. As concelhias e secções têm, na generalidade, respondido bem, como já afirmei, aos nossos estímulos e registam uma actividade bastante satisfatória. É verdade que problemas existem em algumas estruturas mas o nosso papel é também ajudá-las a ultrapassar essas dificuldades. Temos conseguido, conjunta e coordenadamente, desenvolver bom trabalho em todos os concelhos do distrito.

Como se tem processado a abertura do partido aos independentes e à sociedade civil, no âmbito do espírito das Novas Fronteiras?

Nas duas vertentes centrais que presidiram à estratégia “Novas Fronteiras”: por um lado, a divulgação e participação de cidadãos independentes nas iniciativas formalmente organizadas; por outro – porventura o mais relevante ainda que menos mediático –, o contacto permanente como instituições e personalidades relevantes na vida das nossas comunidades no sentido de melhor conhecer os problemas com que se debatem e identificar



é um dos eixos do PS para o distrito”

vias de solução que são “canalizadas” para quem de direito e de “poder”. Neste particular têm-se conseguido muitos e estimulantes resultados, pois com pequenas medidas ou simples informação se conseguem desbloquear processos e facilitar a vida a muitas instituições e cidadãos de tão prestimoso serviço prestam nas suas terras.

De que forma a Federação está a preparar com os nossos eleitos no poder local as eleições autárquicas de 2009?

De várias formas. A saber: como já foi dito através de um cuidado trabalho de preparação das eleições internas locais – pois serão os órgãos agora eleitos a conduzir em primeira linha todo o processo autárquico, pela busca de respostas e soluções satisfatórias para os desejos e compromissos dos nossos autarcas muitas vezes em relação a situações que já se arrastavam há anos sem solução e que hoje felizmente são motor de novas oportunidades de desenvolvimento, finalmente procurando corresponder às aspirações das populações mesmo onde não somos poder procurando deixar claro que o Partido Socialista não existe para trabalhar conjugadamente só com os seus autarcas quando estes são poder mas sim com todos os seus autarcas em prol da populações

Quais as linhas mestras em que deve assentar o projecto autárquico do PS para o distrito de Aveiro?

Sendo um distrito grande e com realidades bastante distintas há a necessidade de definir objectivos diferenciados quanto ao nosso projecto autárquico. No entanto há, como não podia deixar de ser, fortes traços comuns. A prioridade à coesão social com uma atenção muito especial para com os nossos concidadãos mais desfavorecidos, a qualidade e o rigor nos serviços prestados mas também o estímulo à iniciativa própria, seja ela de carácter empresarial, social ou cultural num quadro de transparência e objectividade em cooperação mas com exigência, são três eixos fundamentais. Apoiar mais quem mais precisa, e fazer bem!

Como tem decorrido o trabalho dos deputados eleitos por Aveiro, quer quanto à actividade no distrito, contactos com os eleitores, forças vivas da região, quer no que respeita à actividade parlamentar?

O trabalho dos deputados tem sido muito relevante – e sempre difícil e complexo. A permanente presença no “terreno” na auscultação, na identificação dos problemas,

na busca de soluções e, finalmente, na sua implementação configura uma “fileira” de actividades em que o papel dos deputados é fundamental. É notória a relevância dos deputados eleitos por Aveiro tanto na “ligação” aos seus eleitores como no seu desempenho parlamentar aos mais altos níveis. Fruto de um proveitoso trabalho conjunto – ainda que no respeito pelo exercício individual e livre do mandato –, os deputados têm sido um dos principais pilares da actividade política da Federação também no apoio aos nossos autarcas.

Qual a sua opinião sobre a Lei das Finanças Locais?

A nova Lei das Finanças Locais vem pôr cobro a uma situação insustentável que se vivia, bem como lançar novos desafios aos autarcas do país. O papel do poder local democrático tem sido inigualável no contributo para a melhoria das condições gerais de vida dos portugueses. Serviços como a recolha de lixo ou o fornecimento de água canalizada, a construção de múltiplas infra-estruturas básicas essenciais, a permanente exigência a que estão sujeitos e têm sabido responder bem como a exigência que colocam sobre o poder central na resolução de muitos problemas são apenas alguns dos fortes ganhos civilizacionais que “devemos” ao poder local democrático. Mas também houve erros e exageros. Erros e exageros potenciados por uma Lei das Finanças Locais permissiva e errada. A nova Lei veio promover um novo paradigma autárquico: uma mais forte aposta nos cidadãos. “Das infra-estruturas aos cidadãos” podia ser título da história do nosso poder local. Por outro lado, a nova lei cria regras mais claras e equitativas no que respeita ao endividamento a que as câmaras municipais estão autorizadas. Hoje temos regras mais justas, mais correctas e mais claras. Esta nova Lei vem em linha com o que o poder local democrático tem demonstrado ter de bom: exigência e rigor!

Como avalia o QREN agora apresentado, designadamente a aposta na qualificação, competitividade e valorização do território?

Penso que as opções são correctas e o facto de não haver “microenvelopes” financeiros é positivo. Quero com isto dizer que se vai apostar no que é verdadeiramente decisivo no desenvolvimento futuro do país e que projectos bastante diferentes mas que visem os mesmos objectivos vão concorrer entre si. A decisão sobre os projectos a apoiar torna-se mais difícil porque bastante mais complexa, mas permite

encontrar e privilegiar as soluções mais eficazes e mais inovadoras. O QREN constituirá uma via determinante para o nosso futuro, pelo que deve ser utilizado com todo o rigor, de forma a não desaproveitar esta oportunidade, que pode ser a última – pelo menos com esta dimensão financeira. Deve para isso ser feita alguma pedagogia: os fundos comunitários não nos são “dados” para nós “gastarmos”, antes são uma forma de compensação das dificuldades que a nossa integração também acarreta e, como tal, devem ser “investidos” na resolução dos nossos estrangulamentos e na dinamização dos nossos sectores de maior potencial.

Qual a sua avaliação sobre a presidência portuguesa da União Europeia?

A presidência portuguesa foi muito positiva e recheada de sucessos. Soubemos aproveitar as nossas “vantagens” face aos nossos parceiros e pô-las ao serviço do colectivo. Refiro-me, obviamente, aos

“O QREN constituirá uma via determinante para o nosso futuro, pelo que deve ser utilizado com todo o rigor”

“Penso que nestes poucos anos de governação socialista se fez mais do que em décadas anteriores para ultrapassar os nossos problemas estruturais mais significativos

nossos estreitos e históricos laços com o Brasil e com África. Foi uma estratégia inteligente e corajosa. Inteligente pelo que já referi, corajosa pois a tarefa era extremamente difícil. Cumprimos e cumprimos com excelência. Por fim, mas porventura a matéria mais relevante, conseguimos criar os pontos de encontro e negociar as soluções de equilíbrio que permitiram a assinatura do novo Tratado, o Tratado de Lisboa. Estamos de parabéns e uma vez mais demonstramos o nosso europeísmo convicto e “genético”, bem como a nossa capacidade de trabalho organizado, complexo e detalhado.

Que balanço faz dos dois anos e meio de governação socialista?

Penso que nestes poucos anos se fez mais do que em décadas anteriores para ultrapassar os nossos problemas estruturais mais significativos. Refiro-me não só aos problemas de curto prazo, como sejam os do défice, da eficaz e equitativa cobrança de receitas ou da raciona-

lização da despesa, mas também aos de médio prazo como a reforma da administração pública, a nova Lei das Finanças Locais, a nova Lei das Finanças das Regiões Autónomas, a reforma das redes de cuidados primário e de cuidados continuados, o programa “Novas Oportunidades” e ainda as de longo prazo como a “reconversão” da nossa economia, a reforma dos sistemas de protecção social, as reformas na educação nomeadamente com o encerramento de escolas com um número inaceitavelmente baixo de alunos, do ensino de inglês, os incentivos e apoios à natalidade, entre muitas outras. Cada uma destas reformas e medidas é um passo em direcção a um futuro mais justo e de maior confiança. Num quadro global em constante mutação, recheado de incertezas, seria um “suicídio” não enfrentarmos com determinação todos os desafios que se nos deparam. Temos trabalhado muito pelo país. Temos um Governo que não olha a “popularidades fáceis” quando tem em mãos tantos problemas. Os

tos de trabalho para uma situação de diminuição do número de desempregados em pouco tempo. O caminho faz-se por ter uma economia que crie mais postos de trabalho do que os que se extinguem – já conseguimos. Ir aumentando este ganho líquido pode não chegar para dar emprego a todos os novos activos (que têm crescido de forma muito significativa). Assim, num primeiro momento o desemprego continua a subir, ainda que cada vez menos, até que estabiliza – é neste ponto que penso que nos encontramos. Continuando esta progressão poderemos encontrar taxas de desemprego mais baixas (ainda que o número de pessoas desempregadas possa ainda subir) e, finalmente, uma redução do número absoluto de desempregados. Ainda temos muito trabalho pela frente... Mas a economia está a reagir bem. E também aqui há um processo em curso que tem as suas etapas. Numa economia parada como tínhamos, a capacidade produtiva está desaproveitada. O que faz um empresário? Investe? Não. Primeiro procura utilizar toda a sua capacidade produzindo e vendendo mais. Mas a quem, se a economia estava estagnada e o país descrente? Com a nova estratégia implementada por este Governo, ao exterior, exportando. Terminada esta primeira etapa, havia que lançar a segunda: criar condições, procurar e estimular o investimento. E foi isso que o Governo fez. Desburocratizando os processos, seleccionando projectos estruturantes e prioritários, procurando investimento estrangeiro, a verdade é que se potenciaram os resultados que começam a ser evidentes: o investimento será, a par das exportações, um novo motor de crescimento. E depois do investimento? Bem, depois do investimento, que por si só gerará postos de trabalho ainda que temo relativamente curto, segue o “funcionamento” destes novos empreendimentos gerando postos de trabalho permanentes. Em resumo, procurei responder com uma área específica mas todas as reformas profundas demoram o seu tempo a produzir resultados finais. Deve o Governo permanentemente avaliar os seus resultados e procurar que não haja desvios face ao “caminho” desejado.

Como avalia a actuação do primeiro-ministro?

Penso que não preciso de dizer muito mais, uma vez que toda esta capacidade e determinação na resolução dos nossos problemas têm origem no primeiro-ministro. Revolucionou o país em inúmeras áreas e conseguiu mobilizar os portugueses para a “construção” de um futuro mais promissor do que aquele que se nos apresentava no início da legislatura.

OPINIÃO

**CARLOS ZORRINHO**
Coordenador nacional da
Estratégia de Lisboa e do
Plano Tecnológico

ACESSO E TRANSPARÊNCIA

O GOVERNO tem vindo a tirar o máximo partido das novas tecnologias para melhorar a qualidade da oferta de serviços públicos em domínios tão variados como a saúde, a segurança social, a justiça, a educação, as relações com as empresas e a fiscalidade. Esse esforço é reconhecido quer pelas avaliações externas quer pelo grau de satisfação manifestado pelos utilizadores frequentes desses serviços.

No quadro do Simplex, um dos pilares do Plano Tecnológico e do Programa Nacional de Reformas, tem sido promovida uma rigorosa prestação de contas dos resultados obtidos e têm sido incorporadas as sugestões dos utilizadores na definição de prioridades de acção.

O progresso do Governo Electrónico é uma condição necessária para a competitividade do nosso país. A nossa progressão nos *rankings* do Governo Electrónico constitui um importante factor de atractividade em relação ao investimento externo com elevado nível de sofisticação.

Importa no entanto sublinhar que o Governo Electrónico não constitui em si mesmo um factor de diferenciação política. De facto, ter um bom suporte de racionalidade e eficiência nas relações entre o Governo, os cidadãos e as empresas é uma característica de boa governação, mas não qualifica por si só o padrão ético e político dessa governação.

O que estabelece o padrão político numa solução são as prioridades e os focos definidos para o seu desenvolvimento. Neste domínio, o Governo e os seus parceiros têm sabido conjugar a excelência técnica com dois valores distintivos determinantes – o acesso e a transparência.

Num momento em que o tema da corrupção tem servido de arma de arremesso no confronto político, a transparência e a multiplicação de canais de acesso sem intermediação burocrática constitui uma resposta potente, socialmente relevante e que contribui para a equidade e a qualidade da democracia.

O acesso e a transparência promovidos pelo Governo Electrónico são um bom exemplo das prioridades políticas fortes e marcantes que caracterizam a agenda progressista do Governo.

“A nossa progressão nos *rankings* do Governo Electrónico constitui um importante factor de atractividade em relação ao investimento externo com elevado nível de sofisticação”

Governo reforça apoios em equipamentos sociais

Cem milhões de euros na construção de novas 75 creches e de mais 760 salas para o sistema pré-escolar nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, foram as medidas que o primeiro-ministro anunciou na abertura do debate quinzenal.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

O PRIMEIRO-MINISTRO, José Sócrates, foi ao Parlamento anunciar o lançamento de um novo programa governamental de 100 milhões de euros destinados a apoiar a construção de novos equipamentos sociais para as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Num debate em que Sócrates aproveitou também para lembrar um conjunto de outras iniciativas entretanto já implementadas pelo seu Executivo ao longo desta legislatura, nomeadamente nas áreas sociais, do emprego ou na qualificação dos portugueses, e que só foram possíveis de levar em frente graças “ao rigor e à coragem com que este Governo tem encarado a resolução da dívida e do défice das contas públicas”.

A estratégia do Governo, disse o primeiro-ministro, é clara: rigor nas contas públicas, crescimento da economia e do emprego, mais qualificação dos portugueses e uma aposta séria nas políticas sociais, que passam, em grande medida, como referiu, “também por novos apoios à infância”.

São medidas como estas, de criação de mais creches e de salas para o pré-escolar, sublinhou, que tornam claro o facto de ser este Governo, em décadas, o primeiro a olhar para as políticas ligadas à infância “como uma área fundamental e um instrumento poderoso de apoio às famílias”.

Criar mais e melhores condições para uma mais adequada conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, “especialmente em relação às mulheres trabalhadoras”, pode ajudar decididamente a “superar o problema demográfico com que Portugal se debate”, e assume-se como uma tarefa “que nos orgulha e que dá sentido ao caminho que queremos percorrer no combate às desigualdades sociais”.

Em pouco mais de dois anos, o Governo lançou um conjunto de reformas e de novas iniciativas de carácter social que importa sublinhar, como referiu o primeiro-ministro, nomeadamente no âmbito do programa PARES, de apoio à rede de equipamentos sociais, “incluindo de modo especial a construção de creches”, mas também em relação ao



abono pré-natal, de que beneficiam as mulheres grávidas a partir do terceiro mês, o alargamento da prestação de abono de família a todas as famílias de imigrantes, a duplicação do abono de família para o segundo filho e a triplicação do seu valor para o terceiro filho em diante, a majoração em 20 por cento do abono de família pago a famílias monoparentais, mais benefícios fiscais para as empresas que se instalem ou apoiem a criação de creches para os filhos dos seus funcionários, a duplicação da dedução fiscal por cada criança até aos três anos de idade, o subsídio social de maternidade, o apoio público à procriação medicamente assistida, a introdução, pela primeira vez no Serviço Nacional de Saúde de um programa de saúde oral, dirigido, entre outros, às mulheres grávidas e às crianças, mas igualmente “o passo de gigante” que se deu na modernização do 1º ciclo do ensino básico, no alargamento dos horários escolares, na generalização do serviço de refeições e ainda na iniciação ao inglês e no enriquecimento curricular.

Em relação aos investimentos no pré-escolar, o primeiro-ministro adiantou que o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que entrou em vigor em 2007 e que se prolongará até 2013, “assegurará o financiamento de um terço das novas salas de aula”.

Todavia, no caso da região de Lisboa, fora do acesso ao financiamento comunitário, Sócrates afirmou que será o Governo, através do Orçamento do Estado, a fazer os necessários investimentos em parceria com as autarquias locais abrangidas por este projecto.

Com esta solução, referiu Sócrates, “ficará assegurada uma cobertura a 100 por cento das crianças com cinco anos de idade em todo o país”, incluindo as áreas

metropolitanas de Lisboa e do Porto.

A propósito desta parceria, o chefe do Governo sublinhou ainda a necessidade de se aprofundar a defesa de uma política baseada na colaboração entre o Estado, as autarquias e a sociedade civil, nomeadamente “instituições particulares de solidariedade social e mutualidades”, parceiros que em sua opinião têm demonstrado, em outras ocasiões, “serem capazes de

unir esforços para a atingir objectivos comuns”, como seja o caso, por exemplo, de “melhorar o bem-estar das famílias e as condições de desenvolvimento das crianças”.

Uma boa notícia para o país

Por sua vez, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Alberto Martins, afirmou que o anúncio transmitido pelo primeiro-ministro de um novo e forte investimento em equipamentos sociais representa, sem dúvida, “uma boa notícia” para os portugueses e particularmente para a qualidade de vida das nossas crianças, continuando assim o Governo, como referiu, a “sustentar a sua política no princípio da igualdade” entre cidadãos e o território.

Alberto Martins lembrou que as políticas sociais são a “gramática” do PS estando inscritas no seu “código genético” como elemento essencial.

Na sua intervenção, o líder parlamentar socialista disse ainda que o PS tem “orgulho” nas medidas sociais já tomadas pelo Executivo liderado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, no combate às desigualdades, medidas que têm merecido, como defendeu, uma “avaliação positiva” por parte dos portugueses.

Alberto Martins criticou ainda os partidos à direita e à esquerda do Partido Socialista quanto às suas posições a propósito do Estado Social. A direita, disse, porque defende a privatização dos serviços sociais, enquanto os partidos à esquerda do PS não querem que se faça nada para garantir a sustentabilidade do Estado Social. Tais posturas, defendeu, conduziram inevitável e irreversivelmente ao “desmantelamento” do Estado Social.



Fórum

**Novas
Fronteiras****TRÊS ANOS DE GOVERNO**15 MARCAS PARA
UM PORTUGAL MODERNO**Com José Sócrates e Gomes Canotilho**

Sábado, 23 de Fevereiro de 2008, às 15:00h

Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL, à Junqueira)